

23 de Outubro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 82 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza



SUSPEITAS DE IRREGULARIDADES NO REGULADOR

INAVIC sob investigação

INQUÉRITO. Instituto regulador da aviação está sob investigação do Ministério dos Transportes. Autoridades querem apurar se o regulador tem actualizadas as inspecções à Air Guicango, após o acidente de uma aeronave da companhia que matou sete pessoas, a 12 de Outubro, na Lunda-Norte. Pág. 10



Augusto Tomás,
ministro dos
Transportes

ONU DEU NOVOS PRAZOS A ANGOLA

MIREX à espera da Defesa e do Interior para responder à ONU

SANÇÕES. Fontes ligadas às Relações Exteriores avançaram ao VALOR que o departamento ministerial, agora liderado por Manuel Domingos Augusto, aguarda por esclarecimentos dos Ministérios da Defesa e do Interior, acusados pelas Nações Unidas de envolvimento com individualidades norte-coreanas. A ONU renovou, para Dezembro, o prazo para Angola pronunciar-se, face às acusações de incumprimento do bloqueio internacional contra o regime de Pyongyang. Pág. 9

Lei do Gás a caminho

Grupo de Trabalho, criado por João Lourenço, deve apresentar, como principal proposta ao Presidente da República, a elaboração da Lei do Gás, no sentido da criação de condições legais para a atracção do investimento das multinacionais. A efectivação da Agência Nacional do Petróleo constará das propostas. Pág.8



FALHAS DE ENERGIA ENTRE AS CAUSAS

EMIS admite avarias em 8% dos multicaixas

Empresa gestora da rede de ATM revela, em exclusivo, que há uma taxa média de aparelhos avariados pelo país a rondar os 8%. Falhas de comunicação e de energia, poeira e má qualidade estão entre as causas. Pág.14

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 196,71 Kz (+0,17) ▲ LIBRA 220,60 kz (+1,1) ▲ YUAN 25,26 kz (+0,06) ▲ RAND 12,44 Kz (+0,28) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



Editorial

O SENÃO DO DISCURSO



A generalidade da opinião já se antecipou a elogiar o último diagnóstico à Nação de João Lourenço. À semelhança das anteriores aparições públicas, o Presidente da República esteve, de facto, bem na avaliação do estado da Nação, salvo um único reparo. Desta vez, a excepção que manchou o brilhante discurso foi a forma despropositada como desmontou a autoridade do governador do Banco Nacional de Angola (BNA). Despropositada, sobretudo, pelo facto de a exoneração política de Valter Filipe não ter transitado, pelo menos até sexta-feira última, para a exoneração administrativa. Porque, no fundo, foi isso o que aconteceu. Em termos políticos, João Lourenço desarmou completamente o governador do BNA. A autoridade do gestor número um do banco central está profundamente afectada, após a mensagem directa de

Lourenço de querer ver pessoas da área a governar o BNA.

Desprovida de autoridade política, a manutenção de Valter Filipe, que, após o discurso do Presidente, se tornou inexplicável, corre o risco de corroer ainda mais a credibilidade do regulador. Especialmente no plano externo. É improvável, por exemplo, que, por esta altura, Valter Filipe tenha condições de sentar-se à mesa para discutir dossiers de fundo com instituições estrangeiras. E mesmo com entidades internas, Filipe não estaria em posição cómoda. Lourenço provocou, portanto, uma embrulhada que urge ultrapassar, porque coloca em estado de suspensão o regulador do sistema financeiro, num contexto impróprio à promoção da desconfiança.

Mas a referência do Presidente aos “profissionais da área” levanta outro problema de interpretação. No contexto histórico da governação do BNA, insinuar que a formação na área jurídica

de Valter Filipe é um problema estrutural na gestão do banco central sugere um erro de análise do Presidente.

Salvo Aguinaldo Jaime, que é jurista como Valter Filipe, nas últimas duas décadas, o BNA esteve sempre sob o comando de profissionais da área das economias e finanças. E rigorosamente nenhum desses saiu com fama de grande governador. Porque os raríssimos que saíram com esse rótulo não conseguiram conservá-lo, rapidamente perseguidos por revelações posteriores de consulados do descabro. Nos média externos como nos internos.

Contas feitas, sendo desejável que o banco central seja governado por profissionais da área, não é verdade que, em termos históricos, isso seja relevante. O diagnóstico duro de Valter Filipe à sua chegada ao BNA, há mais de 20 meses, foi esclarecedor neste sentido. O problema de fundo foi o facto de o banco central nunca ter regulado verdadeiramente nada, pela promiscuidade pornográfica entre regulador, regulados e ‘tutti quanti’. Foi o facto de o banco central ter sido transformado numa verdadeira ‘casa da mãe joana’, aberta até à madrugada, para o regabofe da classe mais refinada de predadores.

Com o seu discurso apontado para a moralização da sociedade, com o combate às práticas que lesam o Estado, o Presidente da República devia ter referido que, em termos históricos, esse era, na verdade, o problema central do BNA. O resto viria necessariamente por arrasto.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, César Silveira, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,
Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,
222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Lopes Paulo,

Consultor económico

Como pode ser resolvida a polémica levantada sobre a concorrência desleal na indústria cimenteira?

Pode ser ultrapassada com medidas administrativas. A resolução está ao alcance do Governo. É preciso ter um melhor conhecimento das causas que levaram à paralisação das fábricas.

Como esse problema pode ser contornado, na sua opinião?

Não conhecendo bem o diagnóstico das causas que levaram à paralisação, fica difícil prever o que tem de ser feito de concreto, mas o recomendável é ultrapassar as causas que levaram à paralisação. Pelo que se sabe, não está relacionado com causas técnicas. E, se assim for, torna-se mais fácil resolver a situação.

A aprovação da legislação anunciada pelo Presidente da República vai resolver o problema?

É preciso avaliar o desempenho, porque a legislação por si só não induz à mudança. Pode haver lei para regular a concorrência, mas também será necessário que se crie independência e força suficiente para actuação, porque o mercado é uma constante.

17
TERÇA-FEIRA
O Ministério do Comércio, de acordo com a legislação vigente, vai apoiar todas as iniciativas do governo de Luanda relacionadas com a emissão de alvarás, mercados e até a mobilidade de quadros, garantiu o ministro Jofre Van-Dúnem Júnior, durante uma reunião com o governador Adriano Mendes de Carvalho.

18
QUARTA-FEIRA
O embaixador francês em Angola, Sylvain Itté, manifestou a disponibilidade de o seu país tornar Angola num dos destinos preferenciais de turistas, a médio e longo prazos. O diplomata manifestou o interesse num encontro com membros do conselho de concertação social orientado pelo governador do Zaire, Joanes André.

19
QUINTA-FEIRA
O Índice de Produtos de Preços Vigíados (IPPV) registou, de 9 a 13 de Outubro, uma variação negativa de 1,02%, superior em 0,09 pontos percentuais ao período de 2 a 6 deste mês, informou o Instituto Nacional de Estatística (INE).



SEGUNDA-FEIRA

Assinalou-se o Dia Mundial da Alimentação. Angola aproveitou a efeméride para anunciar que conseguiu reduzir para mais de metade o número de pessoas sub-alimentadas, cumprindo com a primeira meta dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), conforme declarou a directora nacional do gabinete de segurança alimentar, Ermelinda Caliengue.

20
SEXTA-FEIRA
Três antigos executivos da subsidiária britânica do grupo alemão Bertling foram condenados, na passada sexta-feira, por corrupção relativa a pagamentos feitos a um empregado, no entanto, não identificado, da petrolífera angolana Sonangol, noticiou a Lusa.

21
SÁBADO
Arrancou, no Camucio, Namibe, uma feira agropecuária onde foram expostos vários produtos do campo, com destaque para o tomate, cebola, batata-doce e rena, milho, ginguba, feijão e mandioca. A iniciativa contou com a participação de mais de 20 expositores.

22
DOMINGO
A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Victória da Conceição, reafirmou o engajamento do Executivo na promoção de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e inclusão social e económica das mulheres rurais.



COTAÇÕES



SEMANA DE GANHOS NA EUROPA

Depois de ter iniciado a sessão com sinal vermelho, no último dia de semana passada, a bolsa portuguesa inverteu para o lado dos ganhos e fechou no verde, impulsionada pelo BCP e pela Altri, que negociavam num novo recorde. Na altura, o PSI-20 ganhava 0,28% para 5.475,88 pontos, com 11 cotadas em alta, seis em queda e uma inalterada. Tal tendência foi visível em quase toda Europa, cujos principais índices seguiam também em terreno positivo, explicados pelos ganhos da Volvo e da Ericsson.



PETRÓLEO COM SINAIS DE GANHOS

Os preços do petróleo, nos mercados internacionais, voltaram a dar sinal de subida, numa altura em que alguns campos petrolíferos no Iraque estão a ser recuperados depois do conflito e da violência que se registou recentemente. Segundo a agência Bloomberg, os engenheiros iraquianos estão a trabalhar no sentido de instalar os equipamentos em falta nestes campos. A marcar a negociação do petróleo estão também os dados apresentados na quarta-feira pelos EUA, que indicam subidas nas reservas da gasolina.

Entrevista

LENNART KILLANDER LARSSON, EMBAIXADOR DA SUÉCIA EM ANGOLA

“Não damos empréstimos em branco, exigimos projectos concretos”

Embaixador da Suécia reafirma apoio e cooperação com o Governo de João Lourenço, mas avisa que dinheiros apenas serão libertados caso haja projectos concretos. Não avança quanto tem para já, mas sublinha que Angola tem posição chave nas prioridades da agenda do governo da Suécia. Barragem de Cambambe é exemplo do investimento sueco em Angola, aponta o diplomata.



Por Nelson Rodrigues

Angola acaba de eleger João Lourenço como o novo Presidente da República. Que apoios o novo Governo pode esperar da República da Suécia? Acho que estamos todos muito felizes, porque temos agora um novo momento nas áreas da política e da economia, com um novo Presidente e um novo Governo que se acaba de formar. Estamos a viver um grande momento e os angolanos, com certeza, têm a esperança de que as coisas venham a mudar e todo o mundo sabe que as mudanças não se fazem de um dia para o outro.

Que ajudas objectivas o seu país está disposto a dar a Angola?

Em primeiro lugar, é Angola que tem de pensar qual é o melhor jeito para si mesmo. Por outro lado, o país tem de aprender como todos os países fizeram quando estavam numa situação grave como esta. Sabemos que a situação económica e financeira é muito grave por causa da queda do preço do petróleo, o que significa que, quando se fala agora na diversificação da economia, Angola precisa também de ajudas das empresas internacionais com conhecimento neste domínio e que podem trabalhar junto com o Governo.

Há uma linha de crédito exclusiva a Angola para os próximos anos?

Não trabalhamos assim. Se o país tiver projectos interessantes e que os angolanos gostassem de ver realiza-

dos, podemos financiar estes projectos, sem nenhum problema. Mas não damos créditos em branco. Tem de haver um projecto concreto.

No sector da energia, por exemplo, se tiver um projecto concreto, com as empresas suecas que gostariam de fazer esses investimentos, a entidade de financiamento do governo sueco pode fazer esta operação. Mas tem de ser projecto concreto. Se tiver isto, como foi com o projecto da barragem de Cambambe, que financiamos, o dinheiro é libertado.

Que outro investimento a Suécia aplicou em Angola?

Tem várias outras coisas, mas este [a barragem de Cambambe] é o projecto mais óbvio.

Nestes primeiros dias do novo Governo, que prioridades sugere

ao novo Presidente?

O novo Presidente, com a sua equipa, precisa mesmo de implementar os desafios e ideias que tem nos programas do MPLA. Como disse, temos agora um novo Governo e é nesta fase em que gostaríamos de aumentar a nossa relação com Angola, não só no Comércio, mas também em outras áreas. A Suécia, por exemplo, faz parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas e sabemos que há vários lugares em África onde todo o mundo tem de trabalhar e é uma das coisas em que também o governo sueco está muito interessado, não só na relação bilateral entre a Suécia e Angola, mas também no que Angola está a fazer na situação do Congo, que passa por uma fase muito complicada. A Suécia também gostaria de colaborar com Angola neste aspecto, para procurarmos, juntos, uma solu-

ção de paz. Acho que temos vários aspectos em que a Suécia e Angola podem cooperar.

O programa de governação do novo Executivo dá destaque à diversificação económica para reduzir a dependência no petróleo. Que experiências Angola pode receber da Suécia nesta matéria?

Tenho de ser um pouco realista. Realmente estão a implementar a diversificação económica, o que não se faz de um dia para o outro, mas o Governo precisava, realmente, de começar com este trabalho, porque, obviamente, não dá para viver só do petróleo. Acho que Angola precisa de fazer é investimento nas áreas que antigamente eram muito boas para o país, como na agricultura, que, por exemplo, já exportava café, além de outros produtos que já produzia localmente. Pre-

“O novo Presidente angolano, com a sua equipa, precisa mesmo é de implementar os desafios e ideias que tem nos programas do MPLA.”

cisa-se de começar com isso.

Está a sugerir um regresso à produção do café...

Eu não sou a pessoa que sabe o que é o melhor para Angola. Mas acho que já começam a pensar nas diferentes áreas com possibilidades de se apostar, não só para vender entre angolanos, mas também vender para outros países, porque será um dinheiro a entrar para Angola. Acho que isso deve fazer parte de uma estratégia de longo ou curto prazo. Todas estas coisas resultam quando se aposta na Educação e Saúde.

Todos os angolanos têm de estar envolvidos com as organizações e com as empresas internacionais, mas são fundamentalmente os angolanos que se devem sentir parte deste projecto. Com a Suécia, sempre há um dialogo que envolve o governo, faculdades e entidades não governamentais.

A agricultura é um investimento de médio e longo prazos e Angola precisa de recursos financeiros urgentemente. Em que medida a Suécia apoiaria o país, face à crise de divisas que enfrenta?

Há também um trabalho que Angola precisa de fazer mais: a reforma nos bancos.

De que tipo de reformas concretas carecem os bancos angolanos?

Uma das coisas que está hoje um pouco difícil para o Governo angolano é obter dinheiro que vem de fora. Para concorrer a isso, o país precisa de mostrar que os sistemas dos bancos funcionam bem, para que se tenha confiança de outros bancos internacionais. A confiança não é só boa para os bancos, mas para todas as pessoas, sejam os angolanos, o próprio Governo e todos os outros.

Falta confiança dos bancos internacionais na banca angolana?

Não posso dizer isso. Mas, obviamente, há outros bancos internacionais que têm um pouco de receio em investir agora [em Angola]. Para que se restabeleça a confiança, é importante que os bancos angolanos tenham de trabalhar mais nessa área e os recursos que Angola tem de investir.

Não sei qual é o melhor caminho, mas há que se decidir em fazer investimentos que realmente tenham um rendimento a curto ou a longo prazo. E até agora foi muito fácil só pensar no petróleo, mas, de agora em diante, terá de haver maior criatividade. É isso

que Angola precisa de fazer.

A reforma a que se referia a nível da banca tem que ver, por exemplo, com a mudança de gestão, ou cumprimento das exigências internacionais? A que se referia de concreto?

Não sou especialista nisto. Acho que é importante sublinhar que não sou especialista, mas, realmente, a Suécia tinha também, no início de 1990, a crise dos bancos. Tínhamos, naquela altura, juros que eram de 500% por dia. Foi preciso um trabalho muito forte do governo para fazer reformas, no sentido de melhorar a situação dos bancos na Suécia. E acho que todos os países chegam numa situação em que as coisas não funcionam. Este é um trabalho que os angolanos têm de fazer. Claro que há países que ajudam neste sentido.

Acho que há muitos exemplos que Angola pode tirar. Não sou especialista nisto, mas acho que, por exemplo, deviam fazer como fez a Suécia no início de 1990, quando passámos pela nossa crise da banca.

A coisa mais importante é que os angolanos têm de ver realmente como vão sair desta crise, e implementar as coisas e fazer reformas. E não é só falar sobre as coisas, mas também implementá-las. Isso é fundamental.

A Suécia está disposta a partilhar com Angola a sua experiência de reforma dos anos 1990?

Com certeza. Podemos partilhar a experiência que tínhamos e as reformas aplicadas na Suécia naquela época, pelo menos, para dar uma ajuda. Isto se os angolanos acharem que este é um bom caminho a seguir. Mas é importante ver também outros casos por que passaram outros países.

Disse atrás que “Angola precisa de aplicar mais, em vez de falar mais”. Era sobre aplicação das leis a que se referia?

É muito fácil. E isso vem da Suécia e de outros países. Os políticos têm grandes ideias e muito boas, mas, por outro lado, estas ideias têm de ser realizáveis. E realmente fazerem o que dizem. Não pode ser uma coisa que só fala quando está em campanha [política]. É importante que, quando se está no Governo, se faça o que se prometeu [nas campanhas eleitorais]. A democracia é assim: se você fala uma coisa, mas não faz essa coisa, provavelmente as pessoas não voltam a votar na mesma pessoa. Porque o povo gosta de votar em pes-



PERFIL

Lennart Killander Larsson é formado em relações internacionais, ciências políticas e jornalismo, além de carregar no currículo um master em cooperação de desenvolvimento. Chegou a trabalhar, por seis anos, como jornalista na Suécia, num jornal local, onde fazia reportagens regulares. Já escreveu ainda num outro meio impresso ligado à Aministia Internacional, onde chegou a assumir responsabilidades de editor. Como diplomata, inicia há 20 anos, tendo passado por vários segmentos da carreira diplomática, nomeadamente na política de segurança, comércio, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros sueco. É enviado para o Brasil, precisamente a Brasília, onde serviu como conselheiro da embaixada do seu país por três anos, o mesmo tempo que ficou nos Estados Unidos da América, na capital Washington DC. A chegada a Luanda há quase dois anos marca o início das reais funções de embaixador.

soas que falam e fazem.

Esteve em Angola por altura da campanha eleitoral?

Não. É a primeira vez. Não sei como é que foi a campanha.

Assistiu à cerimónia de posse do Presidente eleito João Lourenço. Acha que o programa apresentado é realizável no curto prazo?

Várias coisas com certeza têm realização. Mas acho que esses programas e ambições que o Presidente tem precisam de ser feitas uma coisa após outra. Não dá para fazer todas as coisas ao mesmo tempo, porque não há infra-estruturas para fazer isso.

Quais são, para si, os pontos que o Executivo deve ‘atacar’ primeiro?

Acho importantíssimo, numa democracia, ser o país a decidir o que é prioritário. Angola deve decidir por ela. Mas acho que, obviamente, o que falta é, e como fizemos na Suécia, mais investimentos na Educação e Saúde. Foi isso que, há 50 anos, a Suécia fez. Muitos investimento na Educação e Saúde. Com isso, as coisas ficariam ainda mais fáceis. São coisas que são feitas no longo prazo. Ter um povo educado ajuda bastante. Isso é uma das coisas importantes que Angola precisa de fazer.

Se olhar para os grandes países do mundo, verá que são países que colocaram muito investimento na Saúde e na Educação, e hoje são países muito competitivos no actual contexto de globalização que estamos vivendo. Acho que a Educação é fundamental.

No actual contexto de crise, acredita que as empresas suecas viriam a Angola investir?

Uma das coisas que é característica nas empresas suecas é que, normalmente, quando investem, fazem-no para colher a longo prazo. As empresas suecas não entram para o país apenas quando as coisas estão boas, e quando já não estão abandonam o país. Não. Não é isso. Por isso, se vir bem, temos cá em Angola empresas há mais de 30 anos.

Quais são estas empresas?

Temos a Erickson e a Volvo e outras mais. Uma coisa que diz muito sobre as empresas suecas é que, quando investem, investem para longo prazo. E hoje em dia, elas estão muito interessadas em continuar a investir em Angola, sobretudo na área da energia, que é um sector muito importante

é necessário em tudo o que se faz.

Há uma empresa sueca do sector energético que quer entrar em Angola?

Temos empresas que fazem parte da construção das barragens hidroeléctricas no Rio Kwanza e também temos muitas outras na área dos transportes aqui em Luanda.

Que empresa sueca está em Luanda nos transportes?

Temos a Auto sueco, que tem um plano de como Luanda pode acabar com o problema de trânsito. Temos também empresas com ideias na área das TIC como é o caso da Erickson, que gostaria muito de aplicar aqui, caso tivesse esta possibilidade, e outras no sector da reciclagem de lixo.

As empresas que cita já investem estas ideias ou pretendem aplicar?

Se tivessem possibilidade, e for do interesse dos angolanos, é claro que investiriam. Estamos abertos a fazer este tipo de investimento.

O que falta para aplicarem estas ideias no país?

É necessário que os angolanos se manifestem e mostrem interesse nesses investimentos das empresas suecas em Angola.

Não há abertura da parte das autoridades angolanas?

Tem muito que ver com as províncias ou mesmo o Estado. Se há uma coisa boa que tem a Suécia, que o Governo angolano sabe um pouco, pelo menos, tem que ver com os financiamentos. Por exemplo, no sector da energia, temos uma entidade sueca que pode conceder dinheiro e garantir que as empresas façam o que quiserem fazer. É um método de financiamento muito bom para o Governo angolano. E isto é uma das vantagens da Suécia, porque poucos países têm Governo que podem ter estas garantias de pagamentos. São contratos que não são feitos de um dia para outro. Têm as suas discussões.

Acredito que os sectores dos transportes, energia e reciclagem são muito importantes para Angola. E são sectores em que, realmente, a Suécia tem muito a oferecer.

Como os empresários do seu país olham para a legislação empresarial angolana?

CONTINUA NA PÁG. 6

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

Acho que todas as empresas que gostariam de fazer negócios aqui, em Angola, queriam ter a oportunidade de reinvestir no país, mas também queriam ver salvaguardada a possibilidade de tirar parte dos lucros ganhos em Angola e investir noutro lugar. Isso é fundamental para empresas internacionais. Este é um dos problemas. Há também o problema das divisas para pagamentos às empresas que vêm de fora. Mas este é um caso em que o banco central angolano terá de trabalhar muito. Porque o negócio da banca é um negócio de confiança.

Se as empresas suecas têm confiança no Governo angolano, porque os empresários suecos pensam a longo prazo, é também importante que os governos angolano e sueco discutam quais são os melhores caminhos para solucionar estas questões. Pois, Angola é um dos países com prioridade na agenda do governo sueco. Aliás, em África, só são três países prioritários.

Quais são os outros países com prioridade na agenda do seu Governo?
A África do Sul e a Nigéria. Angola é o terceiro país.

Tem havido diálogo entre as autoridades angolanas e os empresários suecos no capítulo do repatriamento de capitais?

Não sei exactamente como é que a lei [do investimento privado] funciona aqui. O que é importante pelo menos é que todos os países tenham os mesmos sistemas. Hoje em dia, as empresas que trabalham em vários países precisam que estes países tenham sistemas comparáveis a todos os outros. E uma destas coisas importantes para todos os países é fazer uma legislação que ajuda os investimentos de outras empresas que vêm de fora. E a Suécia é um exemplo muito bom.

Que exemplo concreto o seu país daria a Angola em matéria de legislação empresarial?

Mais ou menos 40% do povo sueco trabalha em empresas internacionais na Suécia. Empresas que criam empregos para os suecos. Se não tivéssemos, na Suécia, empresas que vêm de fora a operar no país, realmente a Suécia viveria uma situação muito difícil. E isso é importantíssimo.

A legislação de investimento angolan



lano tem travado novas iniciativas suecas?

A legislação tem de facilitar as empresas que queiram entrar no mercado angolano. Eu não sei exactamente como é que a lei funciona ou não funciona, mas todos os países têm de ter uma legislação que atraia o investimento estrangeiro.

Qual é o volume de investimento da Suécia em Angola?

Não tenho estes números. O que eu sei é que caiu bastante entre 2012 e 2013. Mas este ano começou melhor. E está a subir de novo.

Quanto estimam fechar até Dezembro na balança comercial entre os dois Estados?

Não sei dizer. Os dados podem estar bem errados. Mas é importante que todos os países criem um ambiente bom para os negócios.

O que Angola vende para Suécia?

Angola vende muito pouco. Acho

que tinha alguma coisa que ver com o petróleo. Não sei exactamente como anda isso. O que há, realmente, é mais exportações da Suécia para Angola.

Há espaço para Angola exportar mais para Suécia?

Angola precisa de começar a exportar mais em geral, porque, neste sentido, pode ganhar dinheiro. Eu gostaria muito que Angola exportasse mais para a Suécia. Mas, hoje em dia, a maioria dos negócios que são feitos no mundo normalmente começa com os vizinhos, porque é mais fácil. Na Suécia, por exemplo, o país com o qual temos mais contacto no domínio da importação e exportação é a Noruega, porque é vizinho e é mais fácil. Acho que os países como é o caso de Angola deviam começar com isso, com os vizinhos.

Dos recursos que Angola possui, o que podia exportar mais, por exemplo, para a Suécia além do petróleo?

A embaixada de Angola em Esto-

Angola precisa começar a exportar mais em geral, porque, neste sentido, pode ganhar dinheiro. Eu gostaria muito que Angola exportasse mais para a Suécia.

É importante que todos os países criem um ambiente bom para se fazer negócios.

colmo tem mais conhecimento sobre isso, assim como eu sei sobre as coisas que a Suécia pode exportar para cá.

O seu país tem escassez de tomate. Acha que é um ponto por onde Angola deve iniciar a exportar para Suécia?

É verdade. As frutas e outros vegetais são difíceis para nós, suecos, por causa do frio. São coisas boas para Angola exportar para a Suécia. Antes de Angola começar um trabalho como este, é preciso fazer pesquisas e ver quais são os mercados e preços. Mas com certeza, e depois de uma pesquisa, são sim coisas boas para exportar para Suécia. Os suecos são muito abertos a novos produtos, especialmente sobre comidas. Eu não sei quanto de tomate Angola produz, mas pode ser uma dessas coisas.

A Volvo é originária da Suécia. Acha que, no futuro, Angola pode ter uma fábrica de montagens desta marca

de automóveis?

Quando se fala de carros, acho complicadíssimo, no sentido de que normalmente num carro há peças que vêm de 50 países, por exemplo. Isso significa que, quando se está na área dos automóveis, é complicadíssimo. E hoje em dia, a Volvo tem produção em vários países e coloca peças para fazer carro no Brasil, China e vários outros lugares.

E isso também tem muito que ver com o preço de exportação. Hoje, por exemplo, é mais favorável produzir carros no Brasil do que exportar para China. E a Suécia depende um pouco do comportamento do mercado internacional.

Este modelo não podia ser aplicado em Angola?

Se houver um mercado aqui, acho que há sempre esta possibilidade. Para realizar isso, precisam-se de pessoas que saibam fazer tudo isso, e aqui voltamos ao campo do investimento na Educação. Noutros países, há pessoas com essa formação, por isso dá para fazer. Mais uma vez, formação e educação são base para tudo.

Que outros investimentos a Suécia estaria disposta a fazer em Angola?

Gostaria de sublinhar o sector da energia, porque a energia é também uma coisa de que Angola precisa, mas também dá para exportar a outros países. Por exemplo, as hidroeléctricas, com um bom sistema de transformação, o país pode exportar para a África do Sul, Namíbia e outros lugares.

O seu país é auto-suficiente em matéria de energia?

Sim. Porque nós temos água. E, às vezes, exportamos também energia. Para nós, precisamos mais de energia na época do inverno, quando faz bastante frio, para aquecer as casas. Aqui, em Angola, é mais para sustentar os aparelhos de ar-condicionado, devido ao calor.

No domínio da banca não há empresários suecos a investir...

Não. Não temos. Acho que muitos dos bancos hoje trabalham juntos, não abrem novos bancos. Trabalham entre bancos. Mas, se os bancos suecos ou nórdicos acharem que há um negócio em Angola, acredito que eles viriam ao país. Todas as coisas que tenham que ver com empresas têm de estar baseadas num plano de negócio. Se tiverem a possibilidade de fazer bons negócios, eles investem.



Crescemos as taxas para assegurar a Sua satisfação.

Top Rendimento 16, uma modalidade de depósito com capital para subscrição a partir de AOA 500.000,00 e taxa de juros de até 16%* ao ano.

* Taxa Anual Nominal Bruta

www.bpc.ao



Call Center - 226 444 000



Cuidar do presente, assegurar o futuro.

Economia/Política

NA FORJA TAMBÉM A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA DO PETRÓLEO

Grupo de Trabalho criado por João Lourenço vai propor Lei do Gás

REESTRUTURAÇÃO. Angola pretende reforçar a aposta na exploração do gás natural, numa altura em que o aquecimento global faz aumentar a corrida pela 'commodity' nos mercados internacionais.

Por António Miguel

A

criação de uma Lei que regule a actividade de exploração de gás natural deverá ser a 'grande' novi-

dade das propostas a serem apresentadas, em menos de 30 dias, pelo Grupo de Trabalho, criado por João Lourenço para apresentar sugestões para melhorar o sector do petróleo e gás.

Segundo uma fonte do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo, o Governo pretende, com a criação da Lei do Gás, apostar na exploração desse recurso natural, criando condições, entre as quais legais, que atraiam o investimento das multinacionais.

A 6 de Outubro, o Presidente da Republica, João Lourenço, reuniu com representantes dos 'gigantes' do petróleo, que operam em Angola, tendo de seguida criado o Grupo de Trabalho, que deve apresentar as sugestões de reestruturação do sector até meados do próximo mês.

O consultor Galvão Branco entende que a medida governamental é acertada e que o gás natural tem 'futuro próspero' nos mercados internacionais. "Até porque, por causa do aquecimento global, o gás é cada vez mais procurado nos mercados mundiais", avisa o analista de macroeconomia, acrescentando ainda que "o gás natural tem subprodutos que são utilizados na produção de adubos e outros insumos para a agricultura".

Já o investigador do Centro de Estudo e Investigação Cientí-



Especialista José Oliveira considera que agência reguladora do petróleo pode custar muito ao país.

fica da Universidade Católica de Angola para a área de Energia, José Oliveira, alerta que a criação do diploma, por si só, não basta, pelo que urge a necessidade de elaborar uma "Estratégia Nacional de Gás", que permita também o consumo interno deste recurso, além da sua exportação. "Tanto quanto sei essa estratégia não está definida, muito menos aprovada", sublinha.

José Oliveira, que apontou as descobertas de gás natural liquefeito (LNG, na sigla em inglês) na Bacia do Kwanza como sendo maiores do que a do Angola LNG do Soyo, entende que a presidente

do conselho de administração da Sonangol, Isabel dos Santos, criou bloqueios à função concessionária da empresa, tendo resultado em 'problemas operacionais' para as companhias operadoras, considerando como 'histórica' a reunião entre representantes das petrolíferas e o Presidente João Lourenço.

Entretanto, segundo fontes do VALOR ligadas ao Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo, avanta-se também a possibilidade de o Grupo de Trabalho propor a criação da Agência Nacional do Petróleo, intenção que já tinha sido anunciada pelo Governo de

José Eduardo dos Santos, mas que nunca saiu do papel.

A agência a ser criada teria o papel de regulador do sector. Neste capítulo, Galvão Branco colide com José Oliveira. Para o primeiro especialista, é fundamental que se crie a Agência Nacional do Petróleo para que Angola "esteja em conformidade com o que se faz lá fora e esteja mais próximo do mundo do petróleo". "A Argélia tem e outros países também têm. É urgente que tenhamos também uma agência reguladora", aponta Galvão Branco.

Já o investigador da Universidade Católica de Angola entende

MEMORIZE

- Crescem as oportunidades de comércio do gás natural na região da Ásia-Pacífico na sequência de um aumento significativo da demanda energética em países como China, Coreia do Sul, Índia e Japão, segundo analistas internacionais.

6

De Outubro, dia em que João Lourenço reuniu com as petrolíferas que operam em Angola

30

Dias é prazo concedido ao Grupo de Trabalho para apresentar propostas para melhorar o sector do petróleo e gás.

Mário Marques © VE

que o país não tem necessidade de criar uma agência reguladora. Porque, argumenta, o modelo apresentado concentra a Sonangol EP exclusivamente na sua actividade concessionária e porque "nem tem quadros para em simultâneo melhorar a função concessionária, que vem perdendo qualidade há anos".

"Se for avante este modelo, a futura Sonangol EP e a Agência vão ficar as duas debilitadas, incapazes de exercer as suas funções e, por isso, viver de consultoria externa que vai custar milhões de dólares/ano", avisa José Oliveira.

AS RECEITAS no sector petrolífero tiveram uma queda significativa, em Setembro, ao atingirem 140,15 mil milhões contra os 142,3 mil milhões de kwanzas de Agosto, indica o Minfin.



O INCUMPRIMENTO no pagamento pontual dos salários constitui umas das situações que preocupam a UNTA-Confederação Sindical, segundo Manuel Viage, secretário da organização.



VIOLAÇÃO DAS SANÇÕES CONTRA COREIA DO NORTE

ONU impõe novo prazo a Angola para responder acusação

PRESSÃO. Ministério das Relações Exteriores espera por esclarecimentos dos Ministérios da Defesa Nacional e do Interior, bem como da TAAG, acusados pela Nações Unidas de terem envolvimento com individualidades norte-coreanas.

Por António Miguel

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU) impôs um novo prazo (até Dezembro) a Angola para responder à acusação de violação às sanções contra a Coreia do Norte, devido ao programa de armas nucleares desenvolvido por Pyongyang.

Inicialmente, o Governo angolano tinha até Outubro para 'provar a sua inocência', mas a Organização das Nações Unidas (ONU) prorrogou o prazo até Dezembro, por causa

das eleições gerais que ocorreram a 23 de Agosto (mais o período de instalação do novo Governo), segundo fontes do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), ligadas ao processo.

Os Ministérios da Defesa Nacional e do Interior, visados na acusação das Nações Unidas, ainda não prestaram informações sobre o assunto ao MIREX, embora tenham já sido notificados. A TAAG, empresa pública de transportes aéreos, também está envolvida no 'dossier', sob acusação de ter transportado individualidades norte-coreanas, que se encontram 'sancionadas'.

"O Ministério das Relações Exteriores está à espera dos esclarecimentos destas instituições sobre as suas supostas relações com indivíduos norte-coreanos. A infor-

mação que nos passarem são as que vamos submeter ao Conselho de Segurança", explica a fonte do MIREX, acrescentando que as declarações vão determinar a vinda ou não de peritos da Nações Unidas a Luanda. "Se provarmos a inocência, o assunto é arquivado.", explica.

Em duas ocasiões, Angola prestou informações ao CS-ONU sobre o cumprimento do bloqueio ao país comunista, mas foi numa altura em que não pesava sobre Luanda qualquer acusação de incumprimento.

Em finais de Agosto, a ONU acusou Angola e Moçambique de estarem a violar as sanções contra o governo da Coreia do Norte, tendo, de seguida, anunciado uma investigação. Um relatório da maior organização internacional indica a possibilidade de envolvimento entre as Forças Armadas Angolanas e peri-

MEMORIZE

- **Angola** tem assinados vários acordos de cooperação, no domínio social e económico com a Coreia do Norte. A maior parte dos documentos foi assinada na década de 1970 e 80, no entanto, apesar de o Governo angolano ter já anunciado a suspensão destas relações, o país é acusado pela ONU de violar o embargo imposto ao regime comunista de Pyongyang.

tos de segurança norte-coreanos.

Em 2011, já havia suspeita de que Angola comprava equipamento militar à Coreia do Norte, numa operação que envolveria a empresa Green Pine Associated Corp, que também se encontra sob sanções da ONU.

"O painel continua a sua investigação sobre se a guarda presidencial de Angola e outras unidades foram treinadas por pessoas da República Democrática Popular da Coreia, bem como sobre diplomatas do país acreditado em Angola que trabalham para a Green Pine Corporation, incluindo o Kim HyokChan e o JonCholYoung", aponta a ONU, no seu relatório.

No início de Setembro, mais uma ronda de sanções (a nona) foi aplicada sobre o regime de Kim Jong-un, que, apesar do isolamento, não abre mão da corrida armamentista nuclear. Este último bloqueio interdita as exportações norte-coreanas de têxteis e reduz a sua importação de petróleo e gás. Os Estados-membros da ONU estão ainda proibidos de contratar mão-de-obra da Coreia do Norte.



COMÉRCIO

Mais vendas no II trimestre

Angola vendeu mais do que comprou ao estrangeiro no segundo trimestre, deste ano, obtendo um saldo positivo da balança comercial de 817.706 milhões de kwanzas, mais 17% que em 2016, anunciou, na quinta-feira o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Entre Abril e Junho, as exportações angolanas aumentaram 8,6% face ao mesmo período de 2016, para um volume de negócios total de 1.339 milhões de kwanzas, segundo o relatório sobre o comércio externo produzido pelo INE.

No período, as importações diminuíram 3,4% em termos homólogos, para 521.912 milhões de kwanzas, declara o documento. O INE nota que o saldo da balança comercial do segundo trimestre foi influenciado pela recuperação da cotação internacional do barril de petróleo que se verifica desde o final de 2016.

Só em combustíveis, Angola exportou, nos primeiros três meses do ano, um total de 1.263 milhões de kwanzas, equivalente a 94,3% do total, sendo os restantes produtos diamantes, alimentos, madeiras e têxteis.



Economia/Política

CASO ACIDENTE DO AVIÃO DA AIR GUICANGO

Instituto Nacional de Aviação Civil sob inquérito



INVESTIGAÇÃO. Voos da Air Guicango estão suspensos na sequência da queda de um dos seus aviões, a 12 de Outubro, na Lunda-Norte, enquanto regulador do sector se encontra sob investigação do Ministério dos Transportes.

Por António Miguel

O Instituto Nacional de Aviação Civil (INAVIC) está sob inquérito do Ministério dos Transportes, na sequência da queda do avião da Air Guicango, ocorrido a 12 de Outubro, minutos depois de descolar do aeroporto da Lunda-Norte em direcção a Luanda.

A investigação, conduzida pelo Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos

(GPIAA), afecto àquele ministério, pretende apurar se o regulador da aviação civil tem actualizadas as inspecções à Air Guicango, segundo fontes do VALOR ligadas ao INAVIC, que também garantiram não terem sido problemas técnicos que provocaram o despenhamento do aparelho.

Além do INAVIC, a proprietária do avião, a companhia privada Air Guicango, também se encontra sob investigação do GPIAA.

Se forem comprovadas negligências por parte de as ambas instituições inquiridas, poderão ser aplicadas sanções, como a suspensão de voos e a orientação de reestruturação da empresa, se for o caso, por exemplo, da ope-

radora aérea. Aliás, enquanto ocorre o inquérito, a Air Guicango está proibida provisoriamente de levantar voos.

No entanto, o director do GPIAA, Luís Solo, avançou já a possibilidade de o avião ter sido atingido por descargas eléctricas atmosféricas, que terão provocado incêndio num dos motores.

O acidente aéreo vitimou os setes ocupantes, sendo três tripulantes angolanos e quatro passageiros estrangeiros (quatro sul-africanos e um português). A Air Guicango é uma empresa certificada para operações comerciais não regulares.

Entretanto, a investigação sobre o INAVIC e a Air Guicango ocorre

numa altura em que uma outra companhia doméstica, a Air 26, se encontra, há mais de um ano, proibida de voar pelo facto de o regulador ter detectado irregularidades que põem em causa questões de segurança.

Orientada a reestruturar a empresa, a direcção da Air 26 submeteu, em Agosto, ao regulador de aviação comercial angolana documentos com informações sobre o ponto de situação da reforma. No entanto, este relatório, que se encontra em apreciação dos peritos do INAVIC, espelha apenas parte das orientações já realizadas, pelo que não dá ainda o direito do levantamento da suspensão de voos.



FEIRA DE MACAU

PCA do BIC critica China

O presidente do conselho de administração do banco BIC, Fernando Teles, defendeu, na passada sexta-feira, que o apoio da China a Angola é “bem-vindo”, desde que sejam cumpridos os compromissos, apontando ‘esquecimentos’ por parte de Pequim.

“A China tem apoiado Angola, mas também se comprometeu a que 30% das empreitadas financiadas pela China seriam para empresas angolanas e tem-se esquecido disso”, afirmou Fernando Teles, citado pela Lusa, durante o Fórum Económico “Cidades Sustentáveis”, integrado na 22.ª Feira Internacional de Macau, evento que tem Angola como país parceiro.

“Grande parte das empreitadas das empresas chinesas é essencialmente realizada com operários e empresas chinesas. Isto não é bem-vindo em Angola”, insistiu o presidente do BIC, que integra o grupo dos cinco maiores bancos em Angola, numa declaração recebida com palmas pela plateia.

Após começar por recordar que a China “foi o primeiro país que se chegou à frente” após a paz, o que “sempre foi muito bem visto pelos angolanos”, Fernando Teles salientou que também todos têm consciência de que as relações entre os bancos e as empresas “normalmente são de interesse e de compromisso” que “têm de ser de ambas as partes”.

A ITÁLIA GARANTE O AUMENTO de investimentos no sector produtivo angolano e nas áreas do ambiente, turismo, finanças e na indústria alimentar com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento da economia angolana.



O INSTITUTO NACIONAL do Café no Kwanza-Norte dispõe de 30 mil mudas melhoradas para a distribuição aos cafeicultores, no âmbito de um programa local de reforço da produção, segundo o seu responsável, José da Costa Neto.



A área rural apresenta uma taxa de emprego mais elevada que a urbana.



Mário Mijetes ©VE

ESTUDO DO INE REVELA

67% dos desempregados não procuram trabalho

EMPREGO. Instituto Nacional de Estatística divulgou, este mês, o primeiro relatório sobre o emprego. Entre outros aspectos, apresenta uma redução da taxa de desemprego de quatro pontos percentuais, ao sair de 24% em 2014 para 20% até final de 2016.

Por José Zangui

Pelo menos, 67%, da população economicamente activa desemprega da não procura emprego, ao passo que 19% desta não tem qualquer nível de escolaridade.

A revelação vem no primeiro relatório sobre o emprego, divulgado pelo

INE e que estima a taxa de emprego entre a população dos 15 aos 64 anos em 70%, sendo entre os homens 72%, contra 68% entre as mulheres.

O 1.º relatório sobre o emprego do INE indica que a agricultura predomina entre os ramos de actividade económica com 34%. Seguem-se o comércio a grosso e a retalho com 20% e as actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico com 12%.

O sector da educação é o que menos emprego gerou com cerca de 2%. Pela importância que o sector da indús-

tria deveria ter na diversificação económica e na criação de empregos, o INE entende que os dados mostram que este sector emprega, somente, três em cada 100 pessoas.

A área rural apresenta uma taxa de emprego mais elevada que a urbana (81%) contra (65%).

O relatório do INE refere que a taxa de desemprego do país, no final de 2015, era de 20,2%, o que corresponde a mais de 2,3 milhões de habitantes em idade activa, ou seja, entre os 15 e 64 anos de idade. Mas é na faixa dos 15 aos 24 anos onde a taxa de desemprego é mais acentuada.

Segundo o INE, de um modo geral, quanto maior é a idade, menor é a taxa de desemprego. “Angola não foge a esta lógica”, refere o relatório, salientando que se constata que a taxa de desemprego entre os jovens é invariavelmente mais alta que a dos adultos.

O inquérito foi realizado entre Outubro de 2015 e Março de 2016 e integra a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico 2015-2025.

FEIRA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Projekta com fraca participação estrangeira

Por Nelson Rodrigues

Mais de 85% dos 100 expositores confirmados para a 14.ª edição da Feira Internacional de Equipamentos e Material de Construção, Obras Públicas, Urbanismo e Arquitectura, PROJEKTA, que arranca na quinta-feira, 26, são empresas nacionais.

A escassez de divisas que impede os expositores de trazerem os produtos atempadamente e o facto de muitos dos materiais de construção serem hoje produzidos no país são as justificações avançadas pela organização como as causas da redução da presença estrangeira.

Portugal é, desde já, o único país estrangeiro que vai marcar presença,

com quatro empresas, das 100 que confirmaram presença, na Baía de Luanda.

Manuel Novais, administrador da Eventos Arena, a organizadora do certame, lembra que, na primeira edição, realizada há cerca de 14 anos, a maior parte das empresas eram internacionais, devido ao contexto, já que o país saía de uma guerra e ainda não tinha produção local.

Novais define a PROJEKTA como um espaço para a criação de parcerias entre empresários e para a exposição de potencialidades. Este ano, o destaque deve recair sobre a exposição de tecnologias, como ‘softwares’ de apoio à construção civil. Uma das novidades será a apresentação da ‘casa de banho portátil’ produzida

por uma empresa da Huila.

A organização da feira custou a Eventos Arena cerca de 50 milhões de kwanzas, segundo Novais, que considera “lucrativo” o negócio de realização de feiras, embora com margens “não muito grandes”.

Sobre a realização de feiras fora de Luanda, a empresa diz que “depende da vontade política dos governos provinciais”.

ATRACÇÃO DE INVESTIMENTO EM DEBATE

Ao longo dos três dias, a PROJEKTA vai associar outras actividades à feira, com destaque para uma conferência sobre ‘os modelos de atracção de investimentos no sector da cons-

trução”, onde serão debatidos temas como ‘o contexto actual das empresas do sector’, ‘financiamento do sector’, ‘ética’ e ‘transparência nos contratos de construção’.

Para Manuel Novais, nesta fase de mudança no país, “é imperativa” a aposta neste sector, mas “é necessário que antes se conheça melhor”.

A 14.ª edição da PROJEKTA vai decorrer sob o lema ‘Projectar o futuro, construindo o presente’, de 26 a 29 deste mês, num espaço de 5.000 metros quadrados, na Baía de Luanda. O número total de empresas representa uma queda de 50% em relação à edição passada, em que estiveram presentes 200 expositores, entre nacionais e estrangeiros.

Economia/Política

REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

Um fardo a menos para João Lourenço

DIPLOMACIA. João Lourenço livrou-se da responsabilidade de herdar a liderança de uma região de permanente conflitos civis e étnicos, com uma dinâmica política complexa que ameaçava diminuir-lhe o foco nas questões domésticas.

Por Gilberto Neto

Com uma agenda interna que demanda atenção permanente, João Lourenço terá confiado a um conselheiro próximo que iria transferir a presidência da Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL) ao Congo Brazzaville de bom grado. Angola livrou-se da coordenação dos dossiers regionais na semana passada, durante a 7.ª conferência de chefes de Estado da região, realizada em Brazzaville.

A passagem de pastas aconteceu precisamente numa altura em que da RDC, o membro mais instável em matéria de segurança, chegavam notícias que sinalizavam novas movimentações de vários grupos rebeldes opostos a Joseph Kabila.

Os Grandes Lagos abrangem as zonas Este e Central do continente, compreendendo o Uganda, Tanzânia, RDC, República do Congo, Burundi, Ruanda, Sudão e Sudão do Sul, Quênia e Zâmbia. Ou seja, geograficamente Angola está fora.

Único país de expressão portuguesa, a par de Moçambique lá mais para o Índico, a entrada de Angola na organização e o seu papel de coordenador foram vistos como arrojados e decorrentes mais da sua experiência na gestão do seu longo conflito armado. O processo que conduziu à paz em 2002, que exigiu um nível de diplomacia e articulação com os rebeldes, bem como a integração social



Mário Majetes © AE

MEMORIZE

● Angola esteve fortemente envolvida no processo de pacificação da República Centro Africano (RCA), nação da África Central, não pertencente à CIRGL, que entrou numa espiral de instabilidade política e militar.

dos elementos daqueles, conferiram ao país, aos olhos de alguns segmentos internacionais, pergaminhos suficientes para interagir com quem também não se entende há vários anos.

Os Estados Unidos da América e as Nações Unidas foram dois dos principais apoiantes do papel de

Angola, sobretudo numa altura em que a zona andava às voltas com a praga da pirataria marítima. Aqui, relevou-se a capacidade material e humana da Marinha de Guerra do país.

“A região constitui uma complexa rede de interações políticas e económicas com fortes implicações para questões de paz, segurança e governação”, descreve Patrick Kanyangara, da ONG britânica Accord, num estudo publicado no ano passado sobre as origens e os efeitos dos vários focos de instabilidade que grassam adentro.

Kanyangara considera que estes conflitos têm a característica comum de ligar-se a questões de governação, divisões de iden-

tidade, violência estruturada e, numa escala gravosa, na exploração e acesso desigual aos recursos do país.

Outra particularidade dos conflitos na zona reside na ligação entre si, pois raras vezes são isolados e confinados a um único país. A partilha de imensas fronteiras e o fraco controlo sobre as mesmas, além das ligações entre centenas de grupos étnicos, contribui para o carácter transnacional dos mesmos. Estas e outras condições propiciam a proliferação de grupos armados, que cruzam as fronteiras, muitas vezes com o desejo, também, de explorar recursos minerais.

A RDC será o caso mais bem elaborado onde interagem esses e outros elementos explosivos. O território abundante em diamantes, ouro, urânio e outros recursos preciosos, aliado a contestações políticas antigas, conformam um conflito que perdura há vários anos e que preocupa o conjunto das nações da zona dos Grandes Lagos.

Antes, Angola esteve fortemente envolvida no processo de pacificação da República Centro Africano (RCA), nação da África Central, não pertencente à CIRGL, que entrou numa espiral de insta-

bilidade política e militar. A intervenção de Luanda foi de tal ordem que o Governo chegou a enviar tropas e meios materiais e financeiros para garantir a segurança do regime local. Foi um cenário de profunda instabilidade quando, em 2014, José Eduardo dos Santos aceitou o apelo dos parceiros africanos, americanos e europeus para liderar a comissão. Aliás, o então chefe de Estado angolano sabia ao que ia. Na altura, vários observadores consideraram que aceitou o desafio por mais outro motivo para além do aclamado traquejo do seu regime na gestão do conflito e pós-conflito interno. Vencedor de uma guerra como poucos e longo no poder, Dos Santos vira na oferta a oportunidade de dar corpo à velha ambição de projectar a sua influência pelo continente, sem descurar que, no processo, estavam também os norte-americanos.

Note-se que antes, segundo analistas, JES sofrera um revés quando falhou o seu alegado desejo de reunir em privado com o então presidente norte-americano Barack Obama, à margem de uma cimeira EUA-África que decorreu na Casa Branca. Enviou o seu vice-presidente, Manuel Vicente.

ERRATA



Na sua edição passada, o VALOR colocou erradamente uma foto do novo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social num texto em que era suposto aparecer o agora exonerado secretário do PR para os assuntos económicos, Carlos Panzo (na foto). Aos visados e aos leitores, as sinceras desculpas.

Proteccionismo e Comércio livre



FLÁVIO G. I.
INOCÊNCIA

PhD

Angola ainda é uma economia dependente da produção de crude que representa cerca de 98% das nossas exportações, o que acarreta um conjunto de consequências entre as quais a doença holandesa (Dutch Disease) que é um termo que foi baptizado pela revista Britânica The Economist em 1977, ao verificar um aumento exponencial das importações na Holanda em função da excessiva apreciação da antiga moeda holandesa (antes da adopção do Euro), depois da descoberta de reservas significativas de gás natural no mar do Norte.

No caso de Angola, sendo uma economia totalmente concentrada na produção petrolífera, há uma tendência para a apreciação da nossa taxa de câmbio, o que faz com haja um aumento das importações e um decréscimo nas nossas exportações. A excessiva apreciação da taxa de câmbio foi também exacerbada pela política do nosso Banco Central que, ao intervir no mercado através da venda de dólares aos operadores económicos, manteve artificialmente alta a nossa taxa de câmbio, o que já foi criticado pelo FMI e fizemos alusão num texto recente.

A doença holandesa, como fenómeno monetário, é um dos principais factores que explicam a pouca diversificação da economia nacional para além de outros, entre os quais a falta de mão de obra qualificada, debilidades institucionais na Administração Pública e no sector da Justiça, ineficaz regulação da concorrência e ainda fortes debilidades nas infra-estruturas, aspectos institucionais que já referimos em artigos anteriores.

A diversificação da economia passará por uma estratégia multisectorial de longo prazo com um amplo con-

senso nacional e passará por várias medidas de natureza legal, administrativa, social e económica. Enganam-se os que pensam que a protecção ao empresariado nacional criará ex nihilo capacidades produtivas que tornarão a economia angolana mais competitiva e que essa protecção mais investidores estrangeiros invistam em Angola.

A protecção aos empresários nacionais é mais um conjunto de medidas públicas que é resultado de um grupo de interesse (lobby) que é altamente organizado e politicamente influente que consegue favores do Estado à custa de outros grupos de interesses que serão perdedores líquidos (net losers), entre os quais os consumidores angolanos. Esse fenómeno é amplamente estudado pela Teoria das Escolhas Públicas e um dos pioneiros foi o economista Americano Mancur Olson que estudou o fenómeno no seu clássico livro de 1965, A Lógica da Acção Colectiva.

A pressão para que se utilize a pauta aduaneira como mecanismo de protecção aos empresários nacionais e dos produtos nacionais é por isso grande a fim de encarecer os produtos importados e tornar os produtos nacionais mais competitivos. Ausente dessa análise estão os consumidores que, numa economia proteccionista acabam por ter de pagar preços mais elevados do que a média mundial. E outro erro de análise é não perceber que Angola não é um País rico, se compararmos o PIB per capita que hoje aproxima-se dos 3000 USD a países do Ocidente onde o PIB per capita chega a ser 15 a 20 vezes superior ao nosso. Se observarmos outros indicadores, como o índice de desenvolvimento humano, vamos chegar à mesma conclusão e concluir que o proteccionismo afecta de forma negativa e desproporcionalmente a população mais pobre que constitui a esmagadora maioria no nosso País.

Uma pauta aduaneira com tarifas mais altas não resolverá os problemas institucionais do nosso mau ambiente de negócios como a falta de atracção de investimento estrangeiro de qualidade, os atrasos nos nossos tribunais e nem os problemas ligados à corrupção na Administração Pública, falta de infra-estruturas e nem a falta de mão-de-obra qualificada pela quase

O recente discurso sobre o Estado da Nação do Presidente angolano João Lourenço revela que o poder político está consciente dos problemas ligados ao proteccionismo no nosso país e é altura de acelerarmos o passo das reformas para que Angola não seja a excepção no mundo e em África

total ausência de qualidade nas nossas universidades e escolas técnicas ou o problema eterno do acesso ao crédito.

Não nos podemos vangloriar do facto de a Autoridade Geral Tributária (AGT) ter receitas muito elevadas quando essas receitas acabam por ser pagas pelos consumidores através de preços mais altos num país que não é rico. O sistema normal de tributação de um Estado moderno consiste num conjunto de impostos e vários tipos de contribuições exigidos aos mais variados agentes económicos e os direitos aduaneiros são apenas um dos vértices da pirâmide de impostos num Estado. A maior parte dos Angolanos com um trabalho formal não paga sequer imposto de rendimento de trabalho (IRT) e boa parte dos empresários nem sequer sabe o que é o imposto sobre o consumo.

No caso de Angola, o sistema tributário é composto por impostos directos e indirectos nos mais variados sectores da economia, sendo que as receitas tributárias no nosso país consistem, na sua maior parte, naquelas que advém da exploração petrolífera. O facto de receitas petrolíferas terem um peso desproporcional nas

receitas tributárias revela a falta de diversificação da economia e certamente a arrecadação de receitas pelas autoridades aduaneiras não deve substituir o papel da arrecadação de receitas por parte da AGT, impostos esses que deixamos de cobrar porque somos incapazes ou porque não temos uma base produtiva alargada para cobrar impostos de forma a diversificar as receitas tributárias. Para além disso, é ingénuo reduzir todos os problemas institucionais do país ao fenómeno da importação e utilizar a AGT como uma espécie de mecanismo de supressão das importações para proteger produtores não competitivos.

A supressão forçada das importações, seja através da imposição de tarifas mais altas, seja através da imputação de custos de inspecções (barreiras não alfandegárias) aos importadores trará fortes externalidades negativas que se traduzirão em preços mais altos para os consumidores, o que não será nada abonatório para o combate à inflação, sabendo que não haverá diversificação imediata da economia nacional que por natureza ocorrerá apenas no longo prazo.

As importações são mais um sintoma dos problemas institucionais de que Angola padece e não a sua causa. Parece-me que em Angola muitos não conseguem ver isso e vêem as importações mais como a causa das nossas debilidades institucionais e não o sintoma. Na ausência de reformas institucionais profundas que levarão bastantes anos a serem implementadas não haverá diversificação da economia Angolana e, a nosso ver, essas reformas implicam uma liberalização da nossa economia que é uma economia fechada de facto.

Outro aspecto relevante para o debate acerca da diversificação económica tem que ver com a necessidade de construção de capacidades produtivas que não existem em Angola e se os nossos empresários são incapazes de entender um balanço ou ter contabilidade organizada, como irão criar capacidades para criar fábricas, fazendas ou estabelecer uma rede logística integrada? A resposta a estas perguntas revela muito sobre as nossas políticas económicas.

É preciso desmistificar o papel de

uma autoridade tributária num Estado moderno e reafirmar a necessidade de resolução de problemas institucionais para criar uma rede empresarial que seja competitiva e que não se esconda atrás de protecções artificiais concedidas pelo Estado, para além disso o que é totalmente esquecido é o papel do consumidor e os preços mais altos como consequência do proteccionismo e o acréscimo de burocracia que este terá que suportar na engenharia social pretendida.

É preciso também compreender que os investimentos estrangeiros estão ligados à redes logísticas internacionais (global supply chains) e isso requer mercados livres e abertos e comércio com o exterior, em especial com os nossos vizinhos e por isso devemos tomar medidas para aderirmos ao Protocolo de Comércio da SADC de 2005 e dos 15 países da organização, apenas Angola e a República Democrática do Congo estão de fora. Isso revela que nosso País houve um receio das potenciais consequências da participação no mercado da SADC. A nosso ver, esse receio foi e continua a ser infundado e revela mais sobre a protecção artificial que acaba por beneficiar apenas alguns produtores ineficientes à custa da generalidade dos consumidores.

No século XXI, tipicamente no sector secundário e terciário os investimentos de multinacionais estendem-se por vários países e na colaboração entre várias empresas e por essa razão não faz sentido um proteccionismo artificial que vai tornar o nosso País menos competitivo e afasta potenciais investimentos de Angola e o modelo Asiático e o seu sucesso foi baseado nessa abertura de mercados e essa lição muita gente parece não perceber.

O recente discurso sobre o Estado da Nação do Presidente angolano João Lourenço revela que o poder político está consciente dos problemas ligados ao proteccionismo no nosso país e é altura de acelerarmos o passo das reformas para que Angola não seja a excepção no mundo e em África e passemos a criar mais riqueza para a generalidade dos Angolanos não dependente das exportações de crude..

Professor das Universidades de Coventry e Agostinho Neto.

Mercados & Finanças

José Gualberto de Matos,
CEO da Emis.



POR RAZÕES DIVERSAS, INCLUINDO FALHA DE ELECTRICIDADE

Emis assume avarias em 8% dos 'multicaixas'

PAGAMENTOS ELECTRÓNICOS. Gestor da empresa que controla a rede de ATM revela ao VALOR haver uma taxa média de aparelhos avariados a rondar os 7 a 8%. Ainda assim, a empresa espera alcançar, até ao último dia de 2017, 11% no volume de transacções e 38% nos pagamentos com Terminais de Pagamento Automático.

Por Nelson Rodrigues

A Empresa Interbancária de Serviços (Emis) admite haver, em todo o país, uma taxa média de ATM (Automated Teller Machine) parados a rondar os 8%, devido a falhas de electricidade, poeiras ou falha de comunicação, revelou ao VALOR o presidente da sua comissão executiva, José Gualberto de Matos.

A contribuir para a paralisação dos ATM está também a qualidade

das notas, que, segundo a entidade gestora da rede dos também conhecidos 'multicaixas', pode levar ao bloqueio da saída de outras notas.

"Os ATM param sempre, porque apanham poeiras, além das notas de má qualidade, e, às vezes, quebras de energia e falhas na comunicação. Tudo isso provoca avarias", avançou Gualberto Matos, para quem já estão em cima novos métodos de controlo dos aparelhos multicaixa.

A Emis estuda também a possibilidade de, aos fins-de-semana, aumentar a disponibilidade de dinheiro para os clientes dos bancos, pela introdução de mais máquinas, sobretudo na periferia das cidades, áreas que, como reconheceu a Emis, são desfa-

3,6

Millhões é o número de cartões 'multicaixas' activos, até finais do ano passado.

vorecidas no que toca ao número de multicaixas.

"A periferia da cidade não está muito bem servida, precisa de mais ATM. E estamos a trabalhar com o Governo e o Banco Nacional de Angola (BNA), para aumentarmos o número de máquinas na periferia das cidades.

Estamos a introduzir algumas melhorias operacionais, para ver se melhoramos um pouco. Se não aumentarmos o número de máquinas, não conseguimos aumentar dinheiro nas caixas", sublinha Gualberto Matos.

Há quase um mês, a Emis reagiu a uma matéria do VALOR que denunciava operações mal sucedidas nos multicaixas e duplicação de operações nos movimentos realizados ao fim-de-semana, ao que a entidade justificou com "falhas de comunicação nos sistemas dos bancos ao fim-de-semana".

De acordo com a Emis, muitos dos bancos que integram o sistema multicaixa têm ainda necessidade de encerrar os seus sistemas informáticos no final do dia e nos fins-de-semana

para fecho contabilístico e acções de manutenção. "Nessas condições, para que possa ser garantida a continuidade de serviço aos titulares dos respectivos cartões, é a EMIS, na qualidade de processadora central, que autoriza as operações em lugar do banco, operações que só são reflectidas no sistema do banco quando este volta a estar online", assume a empresa, gestora da rede multicaixa.

Das justificações da Emis, e segundo avançou o VALOR na edição de 18 de Setembro, consta a 'queixa' quanto à não actualização dos saldos de contas das operações ao multicaixa, no fim-de-semana, facto que a entidade assume, além de reconhecer que tal "pode confundir o titular do cartão" multicaixa.

Questionado sobre quando irá iniciar a instalação de novos ATM, sobretudo na periferia, o responsável da Emis responde "não temos ainda previsão exacta. São investimentos muito avultados e temos de coordenar bem isso com os bancos. E estamos a estudar a introdução de novos modelos para permitir encontrar soluções que não se baseiem apenas nos desenvolvimentos das agências bancárias. Os ATM estão muito ligados às agências bancárias", projectou o CEO.

Até finais de 2016, a utilização dos meios de pagamento electrónicos no mercado nacional manteve a tendência crescente. O número de cartões multicaixa activos aumentou de aproximadamente 3,4 milhões, em 2015, para 3,6 milhões em 2016.

As caixas automáticas e os terminais de pagamentos, por seu turno, registaram um crescimento de 5% e 10% respectivamente. O número de ATM aumentou de 2.776 em 2015 para 2.911, no ano passado, ao passo que os TPA fecharam 2016 nos 67.496.

TRANSACÇÕES NOS ATM AVANÇAM 11%

Apesar das avarias em multicaixas, Gualberto Mato antevê que, até 31 de Dezembro, o volume transaccional em ATM deve crescer 11% e o volume de pagamento nos terminais de pagamento automático (TPA) deverá crescer entre 35 e 38%. "O que está a acontecer está mais ou menos em linha com isto", apontou o gestor da Emis. No ano passado, o número de transacções registou um crescimento global de 18% face a 2015, sendo que as transacções realizadas em ATM cresceram 11% e as efectuadas em TPA cresceram aproximadamente 41%.

O BANCO de Desenvolvimento de Angola (BDA) procedeu, no início da semana passada, ao lançamento da campanha ‘diversificar’, visando a promoção de um empreendedorismo “sustentável” que permita o surgimento de uma classe empresarial “séria e ciente das suas responsabilidades” com os bancos.



O BANCO BIC vai apresentar, no próximo mês, um pedido para a abertura de uma representação em Macau, de acordo com um programa da entidade veiculado pela imprensa e confirmado, na semana passada, pelo representante de Angola na 22.ª edição da Feira Internacional de Macau, Belarmino Barbosa.



ATÉ 31 DEZEMBRO DESTE ANO

Resultados da ENSA não devem ultrapassar média dos últimos anos



36,6

Milhões de kwanzas, capital próprio da ENSA

“Esperamos vir a ter as mesmas taxas de crescimento que se têm verificado nos últimos anos. Os pressupostos são basicamente os mesmos do ponto de vista económico. Não houve alterações muito significativas relativamente ao ano anterior. Há um esforço de adaptação do mercado cada vez maior que nós temos estado a realizar. E esperamos que, com isso, manter as mesmas taxas de crescimento”, projectou Manuel Gonçalves, gestor principal da mais antiga operadora de seguros do país.

SEGUROS. Conselho de administração antevê manutenção nas taxas de crescimento da maior operadora de seguros do país, seja nos lucros, seja na facturação anual, face aos anos anteriores, por força da não “alteração significativa” nos rácios deste ano. A maior seguradora nacional quer continuar a liderar no mercado nacional.

Por Nelson Rodrigues

A Empresa Nacional de Seguro de Angola (ENSA) prevê que, até 31 de Dezembro, os seus resultados não devam ir além das margens alcançadas nos anos passados, por não ter havido “alterações muito significativas” nos indicadores económicos da empresa este ano, revelou ao VALOR o presidente do seu conselho de administração, Manuel Gonçalves.

De acordo com o gestor número um da maior empresa de seguros de Angola, os resultados deste ano – que, para já, não devem sair dos 44% conseguidos no ano passado – deverão ter origem nos vários investimentos já realizados pela entidade até à data e os que ainda podem ser aplicados até fechar 2017.

“Ao longo do ano, continuámos a criar novos produtos, adaptados às necessidades das pessoas, tal como continuámos a procurar realizar um serviço de excelência, com vista à fidelização dos nossos clientes e à captação de novos clientes. E esta é a fonte das nossas receitas, que faz com que seja previsível a manutenção das nossas taxas de crescimento médias dos últimos anos”, disse o

gestor, para quem a ambição continuará ter a ENSA a liderar o sector segurador angolano.

Até Dezembro do ano passado, a também maior operadora de seguros de Angola teve um resultado líquido de 1.013 milhões de kwanzas, representando uma evolução de 44% face às margens recolhidas em igual período anterior, quando os lucros não foram além dos 705 milhões de kwanzas.

“O elevado dinamismo e os sólidos resultados evidenciados traduzem-se num reforço significativo da solidez financeira da companhia”, sublinha a operadora, detida em 100% pelo Estado.

Do balanço de 2016, a entidade dá destaque ao aumento de 11% no valor de prémios emitidos, atingido um valor total de 47,6 mil milhões de kwanzas, crescimento “proporcionado principalmente pelos produtos de saúde, acidentes de trabalho, petroquímica e responsabilidade civil”.

A justificar os lucros do ano passado estão ainda os fundos de pensões, cujo valor sobre a gestão aumentou 20%, totalizando 28 mil milhões de kwanzas, tornando-se, assim, num dos maiores players do mercado.

MEMORIZE

● A estratégia de captação de novos clientes da entidade vai passar a integrar palestras de esclarecimentos sobre a importância dos seguros, aliás, como já faz a companhia com o novo produto ‘ENSA-motociclos’.

CAMPANHAS VÃO CONTINUAR

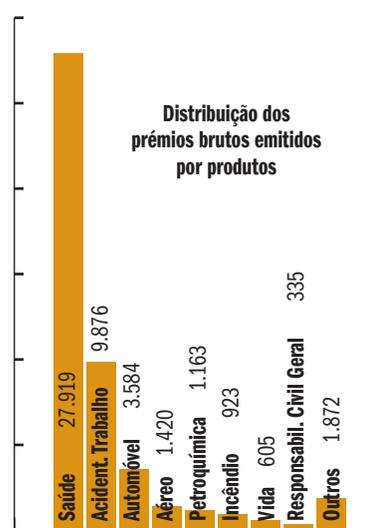
A estratégia de captação de novos clientes da entidade vai passar a integrar palestras de esclarecimentos sobre a importância dos seguros, aliás, como já faz a companhia com o novo produto ‘ENSA-motociclos’.

“Acabámos de lançar o produto ENSA-Motociclos, uma campanha que já começou. Temos estado a realizar palestras nos diversos municípios mais populosos da cidade de Luanda, igualmente palestras de esclarecimento nas 18 províncias do país, relativamente a esta campanha, com o firme propósito de esclarecer as pessoas sobre a necessidade de fazer seguros relativamente à condução automóvel, a todos os meios que circulam pelas estradas, que são fontes de riscos, nomeadamente automóveis e motocicletas”, lembrou o PCA da ENSA, sublinhando que o mesmo exercício já tinha sido feito no ano passado.

ENSA EM NÚMEROS

De Janeiro a Dezembro do ano passado, os activos da ENSA saíram de 90.951 milhões de kwanzas, em 2015, para 98.433 milhões, um avanço de 8,2%. Já o passivo da entidade andou dos 61.752 milhões de kwanzas para 61.770 milhões.

O capital próprio da entidade está agora avaliado nos 36.663 milhões de kwanzas, um salto de 26,5% quando comparado às disponibilidades de igual período anterior, contabilizada em 28.976 milhões.



Estes indicadores dão segurança ao gestor da ENSA que o ano acabe nos mesmos patamares dos anos anteriores, já que, segundo o próprio, não houve alterações significativas nos principais indicadores económicos da entidade, ainda que estejam a faltar menos de três meses para fechar 2017.

Mercados & Finanças

ARLINDO RANGEL ANTECIPA AO VALOR

Fim de 2017 com queda ligeira dos lucros do Keve

RESULTADOS. CEO da entidade bancária antevê um balanço com quedas marginais nos lucros por culpa do malparado que deve “exigir maiores esforços” e um impacto nos resultados do banco até finais de Dezembro. Também ficam ‘pendurados’ planos de abertura de novas agências devido à crise financeira.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Regional do Keve (BRK) deverá fechar o exercício financeiro deste ano com um recuo “ligeiro” nos resultados líquidos, devido à necessidade de um nível de provisão superior para compensar o crédito malparado da entidade, revelou ao VALOR o presidente da comissão executiva da instituição bancária, Arlindo das Chagas Rangel.

De acordo com o gestor do banco, que falava à margem da 12.ª edição do fórum ‘Banca em Análise, espera-se um impacto nos resultados com a aplicação de fundos para cobrir o malparado, cujo nível não precisou, mas que “estão em linha com os do sistema bancário nacional”.

“Os [nossos] resultados devem andar mais ou menos em linha com os do ano passado, não deve variar muito. Inclusive deve reduzir ligeiramente”, admitiu Arlindo Rangel, apontando para o malparado.

Na mensagem conjunta dos presidentes do conselho de administração e da comissão executiva do banco, Rui Eduardo Leão da Costa Campos e Arlindo das Chagas Rangel, respectivamente, que acompanha

o balanço do ano passado, a entidade reconhece ter havido um crescimento substancial das ‘provisões para crédito e garantias prestadas’ em 154%, fixando-se em 8.083 milhões de kwanzas, “mediante um inusitado reforço das dotações para provisões em 7.742 milhões de kwanzas”.

É também nesta rubrica que, aliás, no ano passado, os peritos auditores da Deloitte já haviam colocado reservas às contas do banco, por este não se encontrar, no período, a cumprir adequadamente, com todos os requisitos previstos nos avisos n.º11/2014 e n.º12/2014 e no instrutivo n.º 9/2015, do Banco Nacional de Angola, relativamente à classificação de risco das operações de crédito e consequente apuramento das provisões, incluindo em operações de crédito concedido a entidades relacionadas, conforme a nota do auditor a que o VALOR teve acesso.

Segundo a Deloitte, os esforços evidenciados pela instituição financeira nos anos 2016 e 2015 nos montantes líquidos de 6.926.040 milhões de kwanzas e 2.858.444 milhões, respectivamente, “atendendo às deficiências indicadas” (o não cumprimento das normas do regulador), e às conclusões que foram possível obter da análise específica pelo auditor da carteira de crédito concedido, dos juros de crédito nas demonstrações de resultados e dos “outros valores” a receber, eram insuficientes para cobrir qualquer riscos a que se destinavam e às perdas estimadas.



Arlindo Rangel,
presidente
da comissão
executiva do Keve

154

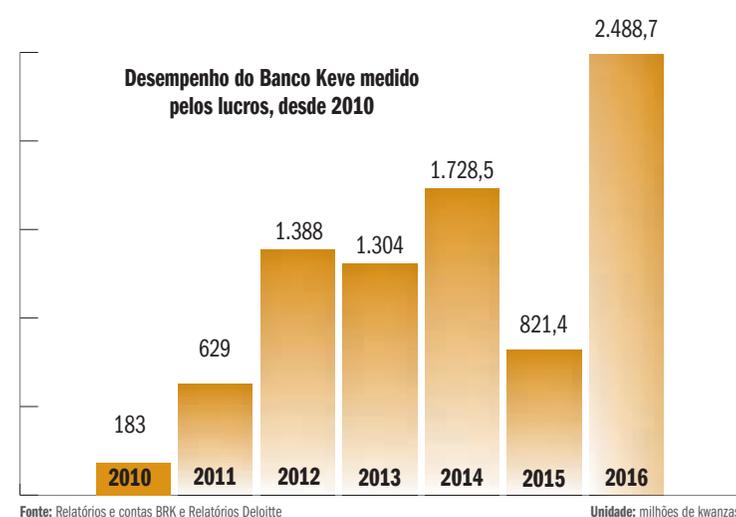
É a percentagem do crescimento das provisões e garantias do banco Keve

203

É a percentagem dos resultados alcançados pelo banco, em 2016.

RESERVA NÃO TRAVA LUCROS

Apesar das reservas da Deloitte, o banco gerido por Arlindo Rangel fechou 2016 com resultados positivos a ultrapassar os 200%, precisamente 203%, que colocou os lucros nos 2.488,7 milhões de kwanzas.



O CEO do Keve justificou o crescimento do ano passado com o desempenho financeiro do banco e o rigor nas despesas, além de outras melhorias nos rácios de eficiência. No ano passado, o Banco Keve “teve um rigor maior nas suas despesas, melhorou a qualidade da despesa. Também houve uma melhoria no rácio de eficiência e a outra vertente foi o crescimento de mais de 50% na componente dos resultados da parte financeira”, explicou o gestor.

Ao avaliar o desempenho do sector, que fechou 2016 com resultado líquido a crescer 55% para 174.019 milhões de kwanzas, Arlindo Rangel justificou com a desvalorização assistida no início do ano passado, o que influenciou nos resultados do sistema. “O que esteve na base deste crescimento, no ano passado, basicamente foi a desvalorização que existiu na transição de 2015 para 2016. Teve um impacto grande sobre a carteira dos bancos. Da nossa análise é esse o grande efeito”, comentou o gestor.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Empresas & Negócios

CRÉDITO VEIO DE UMA INSTITUIÇÃO DO DUBAI

Financiamento externo ‘salva’ empresas de Bartolomeu Dias

INDÚSTRIA. Fábricas de óleo e sabão estão paralisadas há cerca de um ano, devido a dificuldades de importação de matéria-prima por falta de divisas.

Por César Silveira



Bartolomeu Dias, empresário



Grupo Bartolomeu Dias (GBD) viu-se forçado a recorrer a um financiamento externo para ‘salvar’ as fábricas

de óleo e sabonete da Nori (Nova Rede Industrial) que se encontram paralisadas há cerca de um ano, por falta de matéria-prima como consequência da falta de divisas.

A informação foi avançada ao VE pelo presidente do grupo, Bartolomeu Dias, o mesmo que acrescentou que o grupo fez recurso à ‘solução estrangeira’ porque não estava interessado em “continuar a viver na condição de pedinte”.

Segundo o empresário, a última importação do grupo foi em 2014, apesar de várias tentativas posteriores no sentido de conseguir divisas. “Não conseguimos por várias razões pelas quais muita gente reclama e vocês [jornalistas] conhecem”, declarou o presidente do GBD, acrescentando que não pretendeu ir pela via que todo o mundo seguiu. “Uns conseguiram e outros não. Para nós, seria uma perda de tempo, porque, neste momento, não se tem muito controlo das medidas tomadas para a salvaguarda dos vários sectores”, criticou.

Sem avançar o valor do financiamento, Bartolomeu Dias estimou entre 15 e 20 milhões de dólares a neces-

sidade do grupo. “Como há escassez de divisas e não podemos pensar só em nós, seria o suficiente para termos todas as fábricas a funcionar, não ao máximo das capacidades, mas para trabalhar a 60% e 70%”, calculou.

Em relação à instituição que concedeu o empréstimo, o empresário revelou apenas que se trata de uma entidade do Dubai. “Um mercado onde nos movimentamos bem, estamos estruturados e conseguimos buscar créditos”, caracterizou.

Como resultado do recurso ao financiamento externo, a exportação passa a fazer parte da estratégia do grupo, devido à necessidade de adquirir divisas para honrar com o compromisso financeiro. “Temos uma estratégia interna que nos vai permitir [honrar o compromisso]. Assim como nos alimentamos com os produtos vindos da China, as nossas fábricas também podem alimentar os mercados regionais. Vamos apostar na exportação para manter as unidades fabris a funcionar”, explicou.

No período de paralisação, segundo o empresário, o grupo

MEMORIZE

● O grupo não importava matéria-prima desde 2014 e, como resultado do financiamento externo, importou o suficiente para trabalhar cerca de um ano.

15

Milhões de dólares, necessidade mensal de divisas do grupo

aproveitou fazer um ‘upgrade’ das unidades da Nori.

“Vamos retomar com maior nível de produção, estamos a instalar novas linhas de enchimento, com maior capacidade e velocidade. Vamos imprimir outra dinâmica, vamos enquadrar a fábrica no actual contexto. Com a linha do sabonete

aconteceu a mesma coisa, a capacidade de refinaria mantém-se entre 150 e 200 toneladas por dia, a capacidade de enchimento passará para a ordem de 25 mil caixas/dia, que é uma média aceitável”, adiantou estimando o reinício das unidades para dentro de duas semanas.

“Neste momento, temos produtos no porto, mais de 100 contentores, vamos desalfandegar dentro de dias para retomarmos a produção destas fábricas e arrancarmos a produção de novas, temos novas unidades montadas [de sacos de ráfia, luvas e loiça sanitária] que só não arrancaram por falta de divisas.”

Bartolomeu Dias garantiu que, durante a paralisação, a empresa manteve os trabalhadores devido ao risco de vir a ter dificuldades de encontrar pessoas com as mesmas valências. “Não tínhamos hipóteses de desempregar, porque temos pessoas que levámos muito tempo a formar. Tivemos de assumir o prejuízo de mantê-las na empresa, mesmo sem trabalhar, faziam a manutenção nas nossas unidades. Se elas conseguissem outros

empregos ou desaparecessem de Luanda teríamos de nos submeter a um outro processo de recrutamento”, argumentou.

Localizadas no Morro Bento, as fábricas foram inauguradas em 2007 e produzem as marcas de óleo ‘Senhorita’ e o sabonete ‘Ana’. O grupo conta com cerca de duas dezenas de empresas, em que se destacam a Diexim Expresso (aviação), Angoinform (informática), Divisão de Segurança, Internacional Travel (agência de viagem e de rent-a-car), a Diexim Rodoviária (camionagem), Sul do Kwanza (Imobiliária) e a Cleaning (empresa de limpeza).

“É UM CRIME CONTEMPLAR APENAS A IMPORTAÇÃO”

O empresário classificou como “crime” deixar as unidades fabris paradas e permitir que as pessoas que importam óleo aumentem a sua capacidade de importação. “É um cenário perante o qual não aceito calar-me”, avisa.

Em relação aos objectivos ‘estruturantes’, Dias declara que quer “empresas geracionais”. “Não estamos aqui para hoje sermos empresários e amanhã deixarmos movidos pelo lucro fácil. Fui um dos maiores importadores do sector alimentar do país, nos anos 1992 e 93, deixei porque achei que não me dava um estatuto de verdadeiro empresário”, justificou-se.

O empresário disse ainda preferir esperar para ver concretizada a promessa de se “encontrarem os melhores mecanismos para que as escassas divisas disponíveis deixem de beneficiar apenas a um grupo reduzido de empresas e passem a beneficiar os grandes importadores de bens de consumo e de matérias-primas e de equipamentos que garantam o fomento da produção nacional”, lançada pelo presidente João Lourenço, durante o discurso sobre o estado da Nação. “É expectativa, porque, entre o falar e o fazer, ainda existem uns bons números”, salientou o empresário.

A SONILS, EMPRESA de logística da Sonangol, manifestou, quarta-feira, disponibilidade para colaborar “no desfecho rápido e positivo” dos problemas na base de uma greve de 400 trabalhadores.



O GRUPO EMPRESARIAL Jardins da Yoba prevê produzir 4,2 toneladas de mel até Dezembro próximo, no município da Chibia, Huíla, informou, na semana passada, a sua directora, Maria de Lourdes.



VIDREIRA QUER ABRIR NOVA LINHA DE PRODUÇÃO

Escassez de divisas ‘pendura’ frascos de vidro da Vidrul

INDÚSTRIA. Investimento de 30 milhões de dólares, que prevê criar 100 novos postos de trabalho, em Luanda, encontra-se ‘pendurado’ à espera de acordo entre bancos.

Por António Miguel

A produção de frascos de vidro da Vidrul, anunciada para 2017, encontra-se condicionada, há um ano, por razões ligadas à crise cambial, que assola a economia nacional, pelo que o projecto da vidreira, situada em Luanda, deverá arrancar apenas em 2018.

Embora a aquisição dos equipamentos tenha sido já efectuada, por via de uma linha de crédito de um banco alemão, a fábrica de garrafas encontra-se impossibilitada de movimentar as máquinas do exterior (Alemanha, Suécia e Estados Unidos da América) para Luanda, por falta de acordos sobre os moldes de pagamentos/transfências entre o Banco Nacional de Angola e os bancos comerciais, envolvidos na operação.

“Entendemos a situação em que o país se encontra, em termos de divisas, mas estamos nisso já há quase um ano.

MEMORIZE

● **No ano passado,** em declarações ao VALOR, o director-geral da Vidrul, Carlos Martins, afirmou que a crise financeira, anunciada há três anos, afectava apenas no que tocava à obtenção de divisas para pagar aos fornecedores externo, enquanto, na comercialização dos produtos, a Vidrul não ressentia qualquer impacto.

Esperamos que, até Dezembro, os bancos consigam negociar para que, no primeiro trimestre de 2018, arranquemos com o nosso projecto. Sem o acordo, o fornecedor não nos deixa levantar os equipamentos”, explica o director-geral da Vidrul, Carlos Martins.

O investimento na nova linha de produção da vidreira está orçado em 30 milhões de dólares e prevê a criação de, pelo menos, 100 novos postos de trabalho na capital angolana, estando já 30 candidatos (controladores de fornos e engenheiros) em fase

de formação. “Estas pessoas deveriam começar a trabalhar já este ano, mas, por causa deste impasse, não conseguimos avançar”, lamenta Martins.

Com a entrada em funcionamento dos novos fornos, a empresa pretende fabricar frascos de vidro para, sobretudo, atender o mercado externo, mais especificamente alguns países africanos, para onde já exporta garrafas. A materialização do projecto permite a Vidrul aumentar o número de funcionários de 320 para 420.

A Vidrul tem uma capacidade de produção de 160 toneladas por dia. Anualmente, vende 45 mil toneladas e o seu volume de negócio ronda os 50 milhões de dólares. Sendo a única produtora de garrafas de vidro em Angola, a Vidrul não tem concorrência.

A nível interno, 75% das garrafas produzidas são compradas pelas cervejeiras angolanas do grupo Castel, sendo que o restante 25% é exportado. As garrafas angolanas ainda não entram no mercado sul-africano, onde, reconhece Carlos Martins, a exigência, em termos de qualidade, é maior. A vidreira faz, no entanto, chegar as garrafas a pelo menos 15 países africanos.



Mário Mujica ©VE

A PARTIR DE NOVEMBRO

Cimenteira do Kwanza-Sul suspende actividade

A fábrica de cimento do Kwanza Sul informou, em comunicado dirigido ao governo dessa província, que prevê a paralisação dos trabalhos a partir do próximo dia 01 de Novembro, devido à falta de fornecimento de combustível, noticiou a imprensa, na passada quarta-feira.

A unidade industrial terá escrito à direcção provincial da indústria do Kwanza-Sul a dar conta da situação que se arrasta desde Janeiro deste

ano, e que se junta a outros problemas que o sector está a atravessar no país, fazendo disparar o preço do cimento.

Para o funcionamento da fábrica, é necessário o combustível do tipo HFO, que serve para a queima de clínquer, matéria-prima para a produção de cimento, bem como para o funcionamento das máquinas.

Segundo o director da Indústria no Kwanza-Sul, Honorato Konjans-

5

Indústrias de produção de cimento existem no país.

sile, a situação é “preocupante”, tendo em conta que se trata da maior unidade fabril na província. “É a maior indústria que temos aqui, porque, para além da capacidade de produção, que era de cerca de 1,2 milhões de sacos por dia, temos matéria-prima suficiente como é o calcário e argila, para dar continuidade à fábrica por mais 80 anos de vida”, disse, citado pela Lusa.

Face à escassez de cimento no país, o preço do saco de cimento já duplicou no mercado nacional, assunto que inclusive foi abordado pelo Presidente da República, João Lourenço, no seu discurso sobre o estado da Nação, na passada segunda-feira.

“Verifica-se uma concorrência desleal na indústria de cimento, que fez disparar os preços do pro-

duto no mercado pela paralisação de duas unidades fabris, situação que urge pôr cobro de imediato”, disse, na ocasião, o Presidente João Lourenço.

Sobre o assunto, a ministra da Indústria, Bernarda Martins, disse que existem no mercado cinco indústrias de produção de cimento, estando duas delas a viver actualmente “constrangimentos muito sérios no domínio energético”.

Segundo a ministra, estes constrangimentos já se arrastam desde o início do segundo semestre deste ano. “O Executivo está a tentar ajudar para que estas empresas consigam ultrapassar esses constrangimentos, para que rapidamente possam voltar a operar para não prejudicar a oferta de cimento no mercado”, afirmou à RNA.

(In)formalizando



Autoridades insistem em retirar zungueiros da rua.

Mário Mujetes © VE

TERCEIRIZAÇÃO À VISTA PARA RECUPERAR INVESTIMENTO

Governo de Luanda ‘livra-se’ da gestão dos mercados

FORMALIZAÇÃO. Mercados tornaram-se num peso financeiro para o Estado. Passados quatro anos, desde a construção de 56 mercados nos diferentes municípios de Luanda, espaços encontram-se com uma taxa de apenas 50%, na sua maioria.

Por José Zangui

O governo provincial de Luanda estuda a melhor forma de terceirização dos mercados construídos pelo Estado, há quatro anos, segundo soube o VALOR de fonte oficial.

José Manuel Moreno, director do Gabinete Provincial do Comércio e Indústria, que esclareceu tratar-se de terceirização e não privatização, indicou que as administrações não têm conseguido encontrar mecanismos

para manter os mercados conservados, por falta de dinheiro. Na concepção do projecto, a ideia era fazer receitas com as taxas que cada vendedor pagaria, (100 kwanzas), por vendedor destinadas para a manutenção das infra-estruturas e para a recuperação do investimento.

Entretanto, face à quase inexistência de vendedores, os mercados têm complicado a vida dos administradores. Por essa razão, José Moreno informou que o novo governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, criou uma comissão para estudar as melhores formas de terceirização, com o objectivo de fazer receitas e manter os quem trabalha nos mercados.

Ao que pretende-se efectivar, com base no contrato de tercei-

MEMORIZE

- O Governo de Luanda, por via das suas administrações, tem levado a cabo uma série de campanhas de sensibilização com vista a tirar as zungueiras das ruas para os mercados.



rização entre as administrações municipais e os gestores privados, 30% das receitas devem reverter aos cofres do Estado e 70% para o privado que deve manter o funcionamento normal do mercado.

Até 2013, o Governo de Luanda colocou à disposição dos vendedores 56 mercados, construídos de raiz, com o objectivo de reduzir a venda desordenada e contribuir para as receitas do Estado, conservando também a cidade de Luanda mais limpa.

Distribuídos por sete municípios, alguns são especializados, como são os casos dos quatro destinados à venda de peixe e um do artesanato.

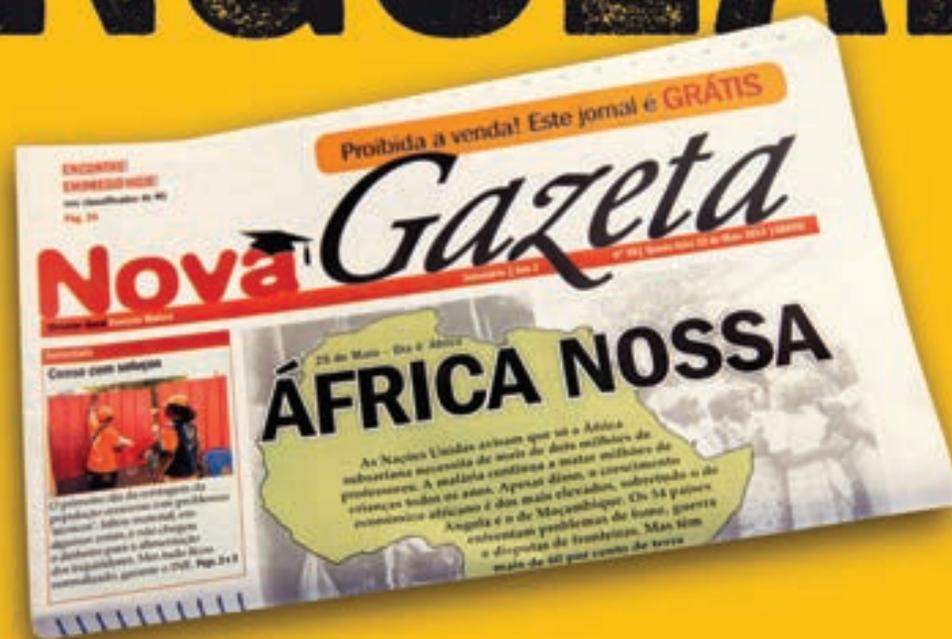
Muitos apontam a má localização, a má gestão e erros de empreiteiros como os factores que afastam comerciantes e clientes.

BUSCAR ZUNGUEIRAS PARA DENTRO

O Governo de Luanda, por via das suas administrações, tem levado a cabo uma série de campanhas de sensibilização com vista a tirar as zungueiras das ruas para os mercados, pagando uma taxa diária de 100 kwanzas.

A sensibilização é uma medida pedagógica para desencorajar a venda em locais impróprios. “Se os vendedores insistirem nesta má prática, vai ser feita a retirada compulsiva dos produtos”, refere o responsável do comércio do GPL. Recentemente, Carlos Cavuquila, administrador de Cacuaco, estipulou, sem sucesso, sete dias para acabar com a venda ambulante no seu território de jurisdição.

100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

DE JURE

ADVOGADOS PODEM SER MEMBROS DA INSTITUIÇÃO

AIA cria centro de arbitragem empresarial

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. Nova entidade arbitral propõe-se realizar actividades de prestação de serviços conexos com a arbitragem voluntária e com processos alternativos de resolução de litígios, tais como a Mediação e a Conciliação.

Por António Nogueira

Angola conta, desde o início deste mês, com um novo centro de resolução de litígios civis, comerciais e administrativos. Trata-se do Centro de Arbitragem da Associação Industrial de Angola (AIA), abreviadamente designado por CAAIA, indica um decreto do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de 2 de Outubro.

O CAAIA, segundo os seus estatutos, é a instituição de arbitragem pela qual a AIA auxilia e promove a resolução de litígios civis, comerciais e administrativos, nacionais e internacionais, entre privados e entre estes e entidades públicas que possam ser submetidos à arbitragem voluntária nos termos legais.

A nova entidade propõe-se igualmente realizar actividades de prestação de serviços conexos com a arbitragem voluntária e com processos alternativos de resolução de litígios, tais como a Mediação e a Conciliação.

No que se refere aos órgãos sociais, o centro será constituído por uma assembleia-geral, conselho de arbitragem e o conselho fiscal. Entretanto, poderão integrar a nova entidade “as pessoas que subcrevam os estatutos no acto da sua constituição”, bem como os membros da AIA, advogados e os docentes das universidades públicas ou privadas de Angola.

Podem ainda ser membros do centro de arbitragem da AIA “pessoas de reconhecido mérito, sob proposta da direcção do Centro de Arbitragem aprovada em assembleia-geral”.

Salvo deliberação em contrário da Assembleia-geral ou, na falta desta, da assembleia-geral da AIA, os membros do conselho de arbitragem não têm direito a qualquer remuneração pelas funções que exercem, conforme advogam os estatutos da instituição que determina ainda que “os membros dos órgãos sociais são eleitos pela assembleia-geral para mandatos de três anos, renováveis por iguais períodos”.

Um dos membros de direcção deverá ser um dos associados que ocupe cargo de direcção na AIA, segundo os estatutos do centro que esclarece também que, na sua primeira reunião, acto que está ainda por se realizar, os membros do conselho de arbitragem escolhe-

MEMORIZE

● **As custas a pagar pelas partes de um processo arbitral organizado pelo Centro de Arbitragem da AIA compreendem os honorários e despesas dos árbitros, bem como os encargos administrativos do processo e as despesas com a produção de provas.**

rão entre si o presidente.

Os estatutos da entidade prevêem também a exclusão de membros nos casos em que haja “desrespeito reiterado dos seus deveres para com o centro ou o não cumprimento injustificado das deliberações legalmente tomadas pelos órgãos de direcção do centro de arbitragem” ou ainda nos casos de “adopção de uma conduta que contribua para o desprestígio ou prejuízo do centro de arbitragem”.

A deliberação de exclusão de um membro só pode ser tomada, no entanto, se na reunião estiverem presentes dois terços dos membros e se a proposta de exclusão for aprovada por maioria de dois terços dos votos expressos.

Por outro lado, os estatutos do CAAIA comportam ainda um código de ética que reforça a regula-



José Severino,
presidente da AIA

Mário Mijangos ©VE

mentação da actividade dos mediadores. Esse código determina, por exemplo, que o mediador atrelado ao centro “deve possuir as competências necessárias e estar devidamente informado relativamente ao processo de mediação”.

É igualmente “determinante que os sujeitos designados para a mediação tenham uma formação adequada e que realizem acções de formação contínua, no sentido de melhorar as suas aptidões, com vista a atingir os mais rigorosos critérios de qualidade e de acreditação”.

O código de ética do CAAIA estabelece ainda que “não pode existir qualquer conflito de interesses ou relacionamento capaz de afectar a imparcialidade do mediador”, realçando, por outro lado, que o “mediador deve procurar compreender a realidade das partes, evitando preconceitos ou a adopção de atitudes que venham a comprometer a sua posição de mediador”.

REGULAMENTO DAS CUSTAS

As custas a pagar pelas partes de um processo arbitral organizado pelo Centro de Arbitragem da AIA compreendem os honorários e despesas dos árbitros, bem como os encargos administrativos do processo e as despesas com a produção de provas.

Para efeitos de cálculo dos honorários dos árbitros e encargos administrativos, o presidente do CAAIA fixará, segundo os estatutos, o valor de cada processo arbitral, “que será correspondente à utilidade económica dos pedidos”.

Entretanto, as custas relativas aos honorários e despesas administrativas dos árbitros, bem como as respeitantes aos encargos administrativos do processo, “são da responsabilidade das partes”. Porém, despesas com a produção de prova são pagas pelo seu custo efectivo pela parte que as tiver requerido.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Gestão

O MEGA INVESTIDOR DAS NOVAS TECNOLOGIAS

‘Transporte do futuro’ de Elon Musk pode arrancar em breve

INVESTIMENTO. Sistema de transporte atingiria uma velocidade de cerca de 1.200 quilómetros por hora, o que, em caso de concretização, permitiria viagens entre Los Angeles e San Francisco ou entre Nova Iorque e Washington, nos Estados Unidos, de aproximadamente 30 minutos, de acordo com o empresário.



Elon Musk espera que passem até 100 anos para concluir a cidade auto-sustentável de Marte.

200

Mil dólares, estimativa de preço máximo para as viagens a Marte

12,9

Mil milhões USD, fortuna de Musk, segundo a Forbes

Por António Nogueira

Elon Musk, considerado o 34.º homem mais rico do mundo pela Forbes, com uma fortuna avaliada em 12,9 mil milhões de dólares, está prestes a começar a construção do ‘hyperloop’, um sistema de transporte de longa distância e alta velocidade que enviaria vagões cheios de carga ou pessoas através de tubo a vácuo, segundo noticiou recentemente a revista Wired.

O sistema de transporte atingiria uma velocidade de cerca de 1.200 quilómetros por hora. Com isso, uma viagem de Los Angeles a San Francisco, ou de Nova Iorque a Washington, duraria 30 minutos, de acordo com o empresário.

Em Agosto de 2013, Elon Musk escreveu um relatório de 57 páginas, descrevendo o que seria o hyperloop e partilhou a sua ideia com todos, convidando as pessoas a participarem do projecto.

“Os autores encorajam todos os membros da comunidade a contribuírem com o processo de design do Hyperloop”, escreveu Musk no projecto. Esta iniciativa fez com várias ‘startups’ criassem projectos de design para os vagões do Hyperloop, fazendo com que a ideia do criador do Tesla avançasse.

Dentre os projectos apresentados, o Hyperloop One foi o que mais se destacou numa competição entre 2.600 cidades para acolher o primeiro hyperloop, tendo completado com êxito alguns testes em pequena escala no deserto de Nevada.

Quatro anos depois de encorajar diversas pessoas a colocar a sua ideia em prática, Elon Musk anunciou que

a sua empresa, a The Boring Company, recebeu “uma aprovação verbal do governo” para construir um túnel para um hyperloop entre Nova Iorque e Washington.

Segundo a revista Wired, um funcionário da companhia do mega-empresário confirmou, em comunicado de imprensa, o plano da empresa de “construir túneis de baixo custo e rápidos para abrir novos sistemas de transporte de alta velocidade.”

A intenção é construir uma estrutura com um tubo despressurizado para rotas em linhas rectas, como Nova Iorque e Washington, em que as cápsulas de transporte, aceleradas magneticamente, possam atingir cerca de 1.200 quilómetros por hora.

A PERSISTÊNCIA NAS NOVAS TECNOLOGIAS

A Hyperloop não é, entretanto, o único negócio idealizado por este mega investidor na área das tec-

nologias. Já em 2002, e com 100 milhões de euros, Elon Musk fundava a SpaceX, a primeira empresa privada de exploração espacial a conseguir um contrato com a NASA para o abastecimento da Estação Espacial Internacional.

Em 2040, Musk quer ter uma colónia auto-sustentável de 80 mil pessoas a viver no planeta Marte, onde todos os transportes serão eléctricos.

De acordo com o ‘The New York Times’, Musk estima que o foguetão que vai permitir levar pessoas a Marte custe 10 mil milhões de dólares e o plano é que a primeira viagem ocorra já em 2024. Enquanto a nave não descola, a empresa de Elon Musk vai gastando dezenas de milhões de dólares por ano a desenvolvê-la. A ideia é que cada voo transporte cerca de 100 pessoas e que os preços da viagem andem entre os 100 mil e os 200 mil dólares. Até que a cidade auto-sustentável de Marte esteja efecti-

vamente pronta, Musk estima que passem entre 40 e 100 anos.

Quando vendeu o PayPal e fundou a SpaceX, além de ter investido na Tesla, Elon Musk investiu 10 milhões de dólares na SolarCity, que foi fundada pelos primos Lyndon e Peter Rive em 2006 e que foi recentemente adquirida pela irmã Tesla por 2,6 mil milhões de dólares.

A SolarCity tem-se dedicado à produção e instalação de painéis solares e, apesar de as suas dívidas ascenderem a 6,3 mil milhões de euros, conseguiu recentemente pôr a ilha de Ta’u, no Oceano Pacífico, a ser abastecida por painéis solares quase na totalidade. A ilha da Samoa Americana, que se situa na Polinésia, mas é administrada pelos EUA, tem menos de 600 habitantes e 5.328 painéis solares e 60 Tesla Powerbanks, que substituem os 413.910 litros de gasóleo que a ilha tem de importar todos os anos.

Propriedade intelectual para a economia



Joseph E. Stiglitz

Prémio Nobel de Ciências Económicas em 2001



Dean Baker

Co-director do Centro de Pesquisa Económica e Política em Washington, DC.



Arjun Jayadev

Professor de economia na Universidade Azim Premji e economista sénior do Instituto para o Novo Pensamento Económico.

o governo tem razão, e os seus passos deveriam ser seguidos por outras economias emergentes e em vias de desenvolvimento.

Nas últimas duas décadas, o mundo em desenvolvimento tem resistido seriamente ao regime actual de PI. Em grande parte, tal acontece porque os países mais ricos têm procurado impor um modelo uniforme para todo o mundo, influenciando o processo de regulamentação na Organização Mundial do Comércio (OMC) e impondo a sua vontade através de acordos comerciais.

As normas de PI que os países mais desenvolvidos normalmente defendem são concebidas não para maximizar a inovação e o progresso científico, mas sim para maximizar os lucros das grandes empresas farmacêuticas e de outras empresas capazes de influenciar as negociações comerciais. Por isso, não surpreende que o contra-ataque esteja a ser liderado por grandes nações em vias de desenvolvimento com sectores industriais relevantes – como a África do Sul, a Índia, e o Brasil.

Estes países visam principalmente a manifestação mais visível da injustiça da PI: a acessibilidade dos medicamentos essenciais. Na Índia, uma alteração de 2005 criou um mecanismo único para restaurar o equilíbrio e a justiça às normas de concessão de patentes, salvaguardando desse modo o seu acesso. Depois de superar diversas contestações em processos nacionais e internacionais, a lei foi considerada conforme as normas da OMC. No Brasil, a acção atempada do governo em tratar pessoas com o VIH/SIDA resultou em várias negociações bem-sucedidas, que fizeram baixar consideravelmente os preços dos medicamentos.

Estes países têm toda a legitimidade em opor-se a um regime de PI que não é equitativo nem eficiente. Num novo artigo, analisamos os argumentos sobre o papel da propriedade intelectual no processo de desenvolvimento. Mostramos que a preponderância das provas teóricas e empíricas indica que as instituições económicas e as leis que protegem o conhecimento nas economias actuais mais avançadas são cada vez mais insuficientes para gerir a activi-

dade económica global, e são pouco adequadas para responder às necessidades dos países em vias de desenvolvimento e dos mercados emergentes. Na verdade, são contrárias à satisfação de necessidades humanas básicas, como a prestação de cuidados de saúde adequados.

O problema fulcral é que o conhecimento é um bem público (global), tanto do ponto de vista técnico, já que o custo marginal da sua utilização por alguém é zero, como numa perspectiva mais geral, porque um aumento no conhecimento pode aumentar globalmente o bem-estar. Perante isto, a preocupação é que o mercado não forneça conhecimento suficiente, e que a investigação não seja adequadamente incentivada.

Nos últimos anos do século XX, a sabedoria convencional defendia que esta ineficiência do mercado poderia ajustar-se da melhor maneira, através da introdução de uma outra ineficiência: os monopólios privados, criados através de patentes restritivas e impostas de forma rígida. Mas a protecção da PI privada é apenas uma das vias para resolver o problema do encorajamento e financiamento da investigação, e tem causado mais problemas do que alguém poderia prever, mesmo aos países mais desenvolvidos.

Um “matagal de patentes” cada vez mais denso, num mundo de produtos que precisam de milhares de patentes, asfixia por vezes a inovação, havendo casos em que se gastou mais com advogados do que com investigadores. E a investigação é frequentemente direccionada, não para a produção de novos produtos, mas para a extensão, alargamento e alavancagem do poder monopolista concedido pela patente.

A decisão tomada em 2013 pelo Supremo Tribunal dos EUA, de que os genes que ocorram na natureza não podem ser patenteados, constituiu um teste para saber se as patentes estimulam a investigação e a inovação, como afirmam os seus defensores, ou as dificultam, restringindo o acesso ao conhecimento. Os resultados são inequívocos: a inovação foi acelerada, levando a melhores testes de diagnóstico (para a presença, por exemplo, dos genes BRCA relacionados com o cancro da mama) a custos

muito inferiores. Existem pelo menos três alternativas para financiar e incentivar a investigação. Uma consiste em depender de mecanismos centralizados para apoio directo à investigação, como o Instituto Nacional de Saúde e a Fundação Nacional de Ciência, nos Estados Unidos. Outra consiste em descentralizar o financiamento directo, por exemplo através de créditos fiscais. Finalmente, um órgão governamental, uma fundação privada ou uma instituição de investigação podem atribuir prémios a inovações bem-sucedidas (ou a outras actividades criativas).

O sistema de patentes pode ser encarado como um prémio que é atribuído. Mas este prémio impede o fluxo do conhecimento, reduz os benefícios que dele se podem extrair, e distorce a economia. Em compensação, a alternativa final a este sistema maximiza o fluxo do conhecimento, ao manter uma colectividade criativa, exemplificada pelo software de código aberto.

As economias em vias de desenvolvimento deveriam usar todas estas abordagens para promover a aprendizagem e a inovação. Afinal, há décadas que os economistas reconheceram que a determinante mais importante do crescimento (e, consequentemente, dos ganhos em desenvolvimento e bem-estar humanos) é a mudança tecnológica, e o conhecimento que a mesma implica.

Aquilo que separa os países em vias de desenvolvimento dos países mais desenvolvidos é tanto um fosso de conhecimento como um fosso de recursos. Para maximizar o bem-estar social global, os legisladores deveriam encorajar fortemente a difusão do conhecimento dos países mais desenvolvidos para os países em vias de desenvolvimento.

Mas embora a defesa teórica de um sistema mais aberto seja forte, o mundo tem avançado na direcção oposta. Nos últimos 30 anos, o regime predominante de PI criou mais barreiras à utilização do conhecimento, provocando frequentemente o alargamento do fosso entre os rendimentos sociais da inovação e os rendimentos privados. Os poderosos lóbis das economias mais avançadas que moldaram este regime colocaram clara-

mente os últimos em primeiro lugar, como reflecte a sua oposição a provisões de reconhecimento de direitos de propriedade intelectual associados ao conhecimento tradicional ou à biodiversidade.

A adopção generalizada da protecção metódica de que a PI é hoje alvo também é historicamente inédita. Mesmo entre as economias que se industrializaram em primeiro lugar, a protecção da PI apareceu muito tarde, e foi várias vezes deliberadamente evitada para permitir uma industrialização e um crescimento mais rápidos.

O regime actual da PI não é sustentável. A economia global do século XXI diferirá da do século XX em pelo menos dois aspectos críticos. Primeiro, o peso económico de economias como a África do Sul, a Índia e o Brasil será consideravelmente maior. Segundo, a “economia leve” – a economia das ideias, do conhecimento, e da informação – será responsável por uma parcela crescente da produção, tanto nas economias mais desenvolvidas como nas economias em vias de desenvolvimento.

As regras relativas à “governança” do conhecimento global devem alterar-se para reflectir estas novas realidades. Um regime de PI imposto pelos países mais avançados há mais de um quarto de século, em resposta às pressões políticas de alguns dos seus sectores, faz pouco sentido no mundo actual. A maximização dos lucros para alguns, em vez do desenvolvimento e do bem-estar globais para muitos, também não fazia muito sentido na altura – excepto no que diz respeito às dinâmicas de poder de então.

Essas dinâmicas estão a mudar, e as economias emergentes deveriam liderar a criação de um sistema de PI equilibrado, que reconheça a importância do conhecimento para o desenvolvimento, o crescimento, e o bem-estar. O que importa não é apenas a produção do conhecimento, mas também que este seja utilizado de modo a que a saúde e o bem-estar das pessoas fiquem à frente dos lucros empresariais. A potencial decisão da África do Sul em conceder acesso aos medicamentos poderá ser um marco importante no caminho para essa meta.

Os países em vias de desenvolvimento estão cada vez mais contra o regime de propriedade intelectual imposto nos últimos 30 anos pelas economias mais desenvolvidas. Têm toda a razão em fazê-lo, porque o importante não é apenas a produção de conhecimento, mas também a forma como é utilizado, de modo a colocar a saúde e o bem-estar das pessoas à frente dos lucros empresariais. Quando, em 1997, o governo sul-africano tentou alterar as suas leis, de forma a beneficiar de medicamentos genéricos acessíveis para o tratamento do VIH/SIDA, toda a força jurídica da indústria farmacêutica global caiu sobre o país, atrasando a sua implementação e provocando elevados custos humanos. A África do Sul acabou por ganhar o processo, mas o seu governo aprendeu a lição: não voltou a tentar melhorar a saúde e o bem-estar dos seus cidadãos desafiando o regime convencional da propriedade intelectual (PI) global.

Até agora, o governo sul-africano está a preparar-se para finalizar uma política de PI que promete expandir substancialmente o acesso aos medicamentos. A África do Sul irá agora certamente enfrentar todo o tipo de pressões bilaterais e multilaterais, provenientes dos países mais ricos. Mas

Internacional

EM CAUSA ALEGADOS FLUXOS DE CAIXA SUSPEITOS

FBI investiga família Gupta e presidente Zuma

INVESTIGAÇÃO. Autoridades norte-americanas estão a investigar, sobretudo, fluxos de caixas suspeitos, enviados pelos Gupta directamente da África do Sul para o Dubai e os EUA.

Por César Silveira

A

poderosa família de origem indiana, que domina os negócios na África do Sul, está a ser investigada

pelo FBI, segundo noticiou, na semana passada, o 'Financial Times' com repercussão em diversos sites internacionais.

Segundo as notícias, além das escandalosas acusações de que o Presidente Jacob Zuma esteja a favorecer as actividades empresariais dos dois irmãos, o FBI está a investigar, sobretudo, fluxos de caixas suspeitos, enviados pelos Gupta directamente da África do Sul para Dubai e para os Estados Unidos.

As investigações do FBI, segundo consta, concentram-se em membros da família que residem nos Estados Unidos, no caso os sobrinhos Ashish e Amol Gupta que possuem uma empresa que recebeu dinheiro de uma empresa com sede em Dubai, ligada aos tios Atul e Ajay Gupta.

Acredita-se, no entanto, que o FBI está também a considerar as informações reveladas nos chamados vazamentos de Gupta, no início deste ano, que incluíram centenas de documentos e 'e-mails' detalhando o envolvimento da família em práticas de corrupção, envolvendo entidades estatais e altos funcionários do governo e políticos, incluindo o presidente Jacob Zuma e sua família.



Jacob Zuma, presidente da África do Sul

Na altura, Atul Gupta garantiu, entretanto, que os 'e-mails' "não são autênticos". Por sua vez, a The Hawks, unidade sul-africana especializada no combate à corrupção, adiantou que estava a trabalhar para averiguar a veracidade dos documentos.

"Estamos, realmente, a fazer

um esforço para mostrar que, no final, as pessoas podem ser levadas a juízo. Se formos ao tribunal, apenas por mera alegação, ficaremos envergonhados porque os casos serão descartados", explicou, na altura, Yolisa Matakata, responsável máxima da instituição.

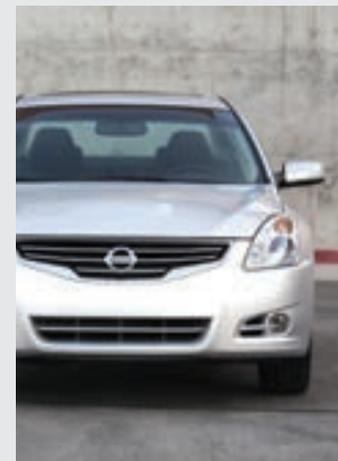
As notícias que dão conta da investigação da família Gupta pelo FBI, entretanto, motivaram reacções internacionais. Consta, por exemplo, que a Autoridade de Conduta Financeira da Grã-Bretanha (FCA, na sigla inglesa), procurou os bancos HSBC e Standard Chartered para averiguar se tais afirmações são de facto verídicas. Também Peter Hain, do Partido Trabalhista, terá enviado uma carta oficial, da Câmara dos Comuns do Reino Unido, ao ministro das Relações Exteriores britânico, Philip Hammond. Hain solicita que Hammond garanta às autoridades responsáveis pela aplicação da lei e às agências reguladoras do país que investiguem as acusações até ao fim.

Na própria África do Sul, o deputado Floyd Shivambu questionou o presidente do Senado, Cyril Ramaphosa, sobre a razão pela qual as empresas vinculadas aos Gupta não estavam a ser investigadas por suposto envolvimento em corrupção. "Porque é que o Governo não fez nada sobre os 500 milhões pagos à Trillion Capital? Porque não há uma auditoria? Vocês têm medo dos Gupta?", inquiriu Shivambu.

A família migrou do estado indiano de Uttar Pradesh para a África do Sul em 1993, pouco antes das primeiras eleições democráticas do país. Possui investimentos nos sectores de equipamentos de informática, média e mineração.

500

Milhões, valor citado num escândalo de corrupção da África do Sul que envolve os Gupta.



JAPÃO

Nissan encerra fábricas

As seis fábricas da Nissan no Japão vão estar encerradas por duas semanas, na sequência do escândalo da certificação de carros saídos das linhas de produção por técnicos sem autorização para essa tarefa.

Para evitar a repetição desta situação, que poderá levar ao 'recall' de 1,2 milhões de carros vendidos no Japão desde 2014, a marca optou por fechar as instalações para reconfigurar este sistema de supervisão.

Garantida está para já a revisão do processo a 34.000 automóveis fabricados no último mês, desde que o problema foi descoberto. Além de passar a utilizar um novo processo, a Nissan vai também separar o espaço destinado a esta certificação do resto das linhas de produção.

O erro de certificação foi dado a conhecer a 18 de Setembro pelo Ministério dos Transportes do Japão, após ter descoberto que técnicos não-certificados estavam a utilizar os selos de colegas seus com a homologação para fazer a inspecção final aos veículos acabados de produzir.

A marca será obrigada a repetir os procedimentos de inspecção em pontos como o raio de viragem e a capacidade de aceleração dos modelos. Isto pode significar um custo adicional de 188 milhões de euros, se for preciso rever os referidos 1,2 milhões de automóveis.

O MÉXICO não foi consultado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em relação a um plano para estender os cortes de produção até o final de 2018, segundo o subsecretário de Energia do país.



O GOVERNO espanhol avaliou, na sexta-feira, as medidas concretas com as quais se dispõe a intervir na autonomia da Catalunha em resposta ao desafio de independência.



MOÇAMBIQUE

Duplicadas reservas de gás

Moçambique acredita que num prazo de 13 anos poderá ter descoberto o dobro das reservas de gás natural hoje identificadas, que só por si já colocam o país em destaque a nível mundial, anunciou a ministra dos Recursos Minerais e Energia.

Segundo Leticia Klemens, as perspectivas de novas descobertas são animadoras, prevendo-se que, até 2030, o país possa ter o dobro dos actuais 180 biliões de pés cúbicos encontrados na bacia do Rovuma, ao largo da costa norte de Moçambique, referiu, citada pelo jornal estatal Notícias.

A ministra falava numa conferência internacional sobre produção e consumo de gás natural liquefeito, em que participa, em Tóquio, Japão.

13

Anos tempo que o país espera dobrar a reserva de gás.

“A nossa localização é estratégica para responder aos mercados da Ásia, do Pacífico e do Atlântico”, bem como para “aumentar as oportunidades no Médio Oriente e no subcontinente indiano”, referiu durante a conferência.

“O gás moçambicano é de excelente qualidade, o que confere uma vantagem competitiva em termos de custos”, acrescentou.

Um consórcio liderado pela petrolífera italiana Eni anunciou em Junho a decisão final de investimento no mar

a norte de Moçambique, tornando-se no primeiro grande projecto de gás natural a avançar para a fase de concretização.

A plataforma flutuante de extração e liquefacção está em construção e prevê-se que a operação na Área 4 do Rovuma arranque no prazo de cinco anos. O consórcio anunciou a decisão depois de garantir a venda de toda a produção de gás natural durante 20 anos à petrolífera BP.

Outro consórcio liderado pela norte-americana Anadarko anunciou que está para breve o anúncio da decisão final de investimento na Área 1, alguns quilómetros mais a norte, na bacia do Rovuma.

Entretanto, outras actividades de prospecção continuam, por forma a avaliar a viabilidade comercial de outros depósitos de hidrocarbonetos, no fundo do mar e no subsolo do território continental moçambicano.



As reservas de gás natural colocam o país em destaque a nível mundial.



A norma prevê que o Ministério de Saúde crie vários registos.

PERU

Aprovado uso da liamba

O congresso peruano aprovou, no passado dia 19 de Outubro, uma lei que regula o uso medicinal e terapêutico da liamba e seus derivados.

O projecto teve o voto favorável de 67 integrantes do Parlamento unicameral. Cinco votaram contra, e três abstiveram-se. O plenário decidiu dispensar uma segunda votação e o projecto poderá ser sancionado nos próximos dias pelo presidente Pedro Pablo Kuczynski.

Para viabilizar o uso medicinal da ‘canábis’, a norma prevê que o Ministério de Saúde crie vários registos oficiais. Um deles, de carácter reservado, será o de pacientes certificados por médicos,

com informação sobre a doença e a dose recomendada.

Além disso, o Ministério deve abrir um registo oficial de pessoas físicas ou jurídicas que actuam como importadoras ou comercializadoras, outro de entidades e laboratórios autorizados a produzir, e finalmente um cadastro de entidades dedicadas à pesquisa sobre a planta e seus derivados com fins medicinais e terapêuticos.

Durante o debate no plenário, o deputado Alberto de Belaunde que levou o projecto em discussão em parceria com a deputada de esquerda, Tânia Pariona, destacou que países como o “Chile, Argentina, Uruguai e Colômbia já contam com algum tipo de regulação [da Cannabis], para não falar de 20 Estados dos EUA, Canadá, Austrália e boa parte da Europa”.

PORTUGAL

OGE pode “dificultar” consolidação

A Moody’s considera que a proposta de Orçamento do Estado de Portugal para 2018 pode “dificultar a consolidação futura” do país, segundo noticiou a Lusa.

“O orçamento pode dificultar a consolidação futura dado os compromissos de despesa a curto prazo” assumidos pelo Governo para os próximos anos, refere a Moody’s no seu relatório sobre o Orçamento do Estado 2018, divulgado na sexta-feira.

Em causa, segundo a agência, estão “compromissos de gastos plurianuais que, conjugados com cor-

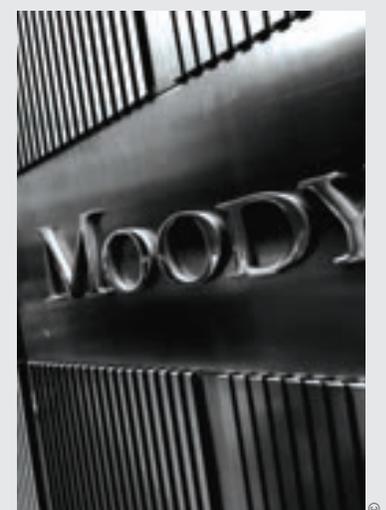
tes nos impostos, vão acrescentar rigidez aos próximos orçamentos”.

Na proposta do Orçamento do Estado 2018, o Governo incluiu medidas de alívio no IRS (revisões dos escalões e aumento do mínimo de existência), que têm impacto em 2018 e 2019, altura em que o imposto final é apurado.

A Moody’s aponta que, a médio e

longo prazo, “isso pode aumentar a pressão sobre as contas do Governo, especialmente se o crescimento tiver menor expressão” do que o esperado.

Ainda assim, ressalva que “as perspectivas de crescimento favoráveis e as baixas despesas com juros vão suportar uma tendência de redução da dívida no horizonte das previsões”.



Ambiente

ACADÉMICO FALA EM DESEQUILÍBRIO AMBIENTAL

Mangais do Nzeto “em risco de extinção”

CONSERVAÇÃO. Exploração desregrada da espécie para a produção do carvão e construção de residências é apontada como principal causa para a destruição da reserva. Especialista apela à sensibilização da população para se inverter o quadro.



Segundo as autoridades, o Zaire é a região com a maior densidade de mangais.

As autoridades devem tomar medidas urgentes com vista a salvar os poucos arbustos que sobraram nos mangais da zona costeira do Nzeto, no Zaire, cujo desaparecimento pode desencadear um desequilíbrio ambiental.

O apelo foi feito pelo académico Mateus Filho, que, em declarações à Angop, lembrou que as referidas árvores naquela zona são a principal fonte de produção da matéria orgânica dissolvida no oceano e que serve de alimento para as várias espécies marinhas, além de

constituírem habitat para muitas outras espécies de animais.

O biólogo, que se mostra preocupado com o risco de extinção dos mangais do Nzeto, destacou também a contribuição dos mangais para a protecção do meio ambiente contra o efeito estufa, produzindo oxigénio de que dependem os seres vivos, assim como o seu papel na protecção da costa marítima contra a erosão.

A exploração desenfreada desta espécie para a produção do carvão vegetal e construção de residências, por alguns habitantes locais, está a contribuir para a sua destruição, segundo ainda o biólogo, que aponta a acção de sensibilização da população como

MEMORIZE

● **Uma das soluções para impedir o desaparecimento total dos mangais no Zaire, diz o biólogo, passa por regularizar o curso de água doce para o principal matagal existente na foz do rio Mbridge, com a desobstrução do canal que existia no local.**



uma das soluções para se inverter o quadro actual. “Aliada a esta situação está também o facto de a água das salinas (desaproveitadas) estar a invadir o perímetro dos mangais, tornando o solo estéril e resultando na seca dos arbustos, acrescentou.

Regularizar o curso de água doce para o principal matagal dos mangais existente na foz do rio Mbridge, com a desobstrução do canal que existia anteriormente neste local, foi igualmente apontada como uma das soluções para impedir o seu desaparecimento total.

No entanto, o chefe de departamento provincial do Ambiente, Manuel António Salvador, disse que os mangais são uma espécie

protegida por lei, estando, por isso, controlado o quadro da sua preservação a nível da região, apesar de alguns factores de risco.

O responsável revelou que o Zaire é a região com a maior densidade de mangais, sobretudo, no Soyo e Nzeto, onde o sector concentra a maior parte das acções de monitorização dos aspectos atinentes à sua preservação.

“Os indicadores são sustentáveis, não há ainda perigo nenhum, estando o sector do ambiente a trabalhar na definição de uma zona de conservação e protecção destes arbustos, de modo a travar a sua destruição acelerada em função da pressão antrópica exercida sobre esta espécie”, concluiu.

Educação & Tecnologia

4.ª REGIÃO ACADÉMICA

Universidade Lueji A'Nkonde abre cursos de mestrado

INOVAÇÃO. PÓS-GRADUAÇÃO. Instituição projecta também a construção de campus universitários nas três províncias onde opera, de modo a reduzir as dificuldades em termos de infra-estruturais que as suas unidades orgânicas enfrentam.



Carlos Yoba, reitor da ULAN, anuncia a abertura de licenciaturas em Ciências Agrárias e Medicina Veterinária em Malanje.



REDES SOCIAIS

WhatsApp lança localização em tempo real

A partilha de localização no WhatsApp vai passar por um 'upgrade'. A próxima actualização da rede social de 'chat' vai trazer a 'Live Location' ('localização ao vivo', em português), uma funcionalidade que vai permitir ao utilizador partilhar, em tempo real e permanente, a sua localização com os seus contactos.

A funcionalidade – que também já existe no Messenger, o 'chat' do Facebook – fica disponível quando o utilizador decide partilhar a sua localização numa conversa. A aplicação vai depois permitir-lhe escolher a opção de partilhar essa localização em tempo real de forma permanente, ou seja, mesmo que o utilizador esteja em movimento a aplicação vai mostrar essa mesma deslocação.

Mas há mais: o utilizador vai poder ainda determinar até durante quanto tempo quer que a localização seja conhecida – e pode ir desde 15 minutos até oito horas. O utilizador pode sempre encerrar essa partilha quando quiser. Para além disso, numa conversa de grupo, se mais do que uma pessoa partilhar a sua localização, todas as partilhas ficam registadas no mesmo mapa.

A Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN) vai abrir, a partir do ano académico 2018, cursos de mestrado em Ciências da Educação, Sustentabilidade e Gestão e Toxicologia, nas suas unidades orgânicas localizadas nas Lundas Norte e Sul e Malanje.

O anúncio foi feito, na passada semana, pelo reitor da ULAN, Carlos Yoba, durante um 'workshop' denominado 'Universidade Lueji A'Nkonde e Perspectivas', realizado em Malanje, no âmbito das festividades do 8.º aniversário da insti-

tuição, assinalado a 18 deste mês. Segundo o responsável, os mestrados foram aprovados, recentemente, pelo Ministério do Ensino Superior e garante que estão já criadas as condições para o arranque dos mesmos a partir do próximo ano.

Esses cursos, ressaltou, visam elevar as competências técnicas dos quadros nacionais, no sentido de contribuir da melhor forma para o desenvolvimento académico e socioeconómico do país.

A par dos mestrados, o académico avançou que a ULAN, pertencente à IV Região Académica, prevê também, para os próximos tempos, a abertura de licenciaturas em Ciências Agrárias e Medi-

cina Veterinária, sobretudo em Malanje, onde há já uma grande procura por essas especialidades.

A ULAN, acrescentou, vai continuar a apostar em medidas que concorram para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas suas unidades orgânicas, o incremento de práticas modernas e eficazes de avaliação do nível de conhecimento dos estudantes.

“Assegurar o pleno funcionamento do sistema de gestão e produção académica, assim como reforçar o intercâmbio com outras instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras é outros dos objectivos da nossa instituição”, disse o reitor Carlos Yoba.

Consta do programa da Universidade Lueji A'Nkonde, segundo Carlos Yoba, a construção de campus universitários nas três províncias onde opera, de modo a reduzir as dificuldades em termos de infra-estruturais que as suas unidades orgânicas enfrentam.

O decano da Faculdade de Medicina de Malanje, André Neto, disse que a abertura do mestrado em Toxicologia na sua instituição vai permitir agregar competência aos formandos e ajudar os quadros no tratamento de casos de mordeduras de serpentes, consumo de drogas, intoxicação por inalação de produtos industriais, entre outros casos.

Marcas & Estilos

Gostos dourados

As 16 polegadas de diamante de corte em cadeia, os 27 milímetros de comprimento, as 22 pedras brancas de diamantes brilhantes e a disponibilidade também em branco sólido de 14 quilates cor-de-rosa tornam este colar único na diversidade do bom gosto.

Sensações discretas

Quando tira fotografia com uma câmara Leica M-System, experimenta um tipo diferente de sensação. São rápidas, discretas, extremamente silenciosas e muito compactas, permitindo-lhe aproximar-se da acção.

Igual, impossível

Encontrar uma igual? Impossível! A correia mais longa com pregos de prata será incluída na compra. É uma ótima maneira de tornar a sua pasta diferente. Esta é a Hermes Kelly na versão que pode nunca ter visto antes.

Inspirações nipónicas

O Casaco Cruiser nasceu como uma resposta directa às demandas dos clientes. Técnico e muito tátil. É raro e, por feito de cera, impermeável à água, ao vento, além de ser um ótimo repelente, inspirado nos tecidos das tropas japonesas.

Independente

A Girard Perregaux apresenta um mecanismo de escape que transmite energia para a roda de equilíbrio com uma força constante, independente do estado de vento da mola principal. É uma gaiola feita de silício com uma lâmina ultra-fina no centro.

Amor pelo design

Esta peça não é apenas um pendente deslumbrante que vai acender a sua casa. Inspirada pela natureza e enriquecida com um acabamento cromado e lâmpadas de poupança de energia, é também uma prova maravilhosa do seu amor pelo design.

TURISMO

Um passeio histórico

O Mont Saint Michel, ilha rochosa do noroeste francês, tem o apelido de 'la merveille' (a maravilha). O motivo é claro: o Monastério e a abadia medievais, homenagens ao Arcanjo São Miguel, dão um ar mágico e encantador ao local.

Foi lar dos monges beneditinos, local de peregrinação católica na Era medieval, fortaleza inabalável na Guerra dos 100 dias, uma prisão na Revolução Francesa, e Património Cultural da Humanidade. É o terceiro ponto turístico mais visitado de França. À entrada, está o famoso hotel e restaurante La Mère Poulard, fundado em 1879. A dona, Annette Poulard, acolhia peregrinos, artistas e arqueólogos e lhes preparava uma omelete que se tornou muito conhecida. A culinária francesa é diversificada e compreende uma grande variedade de pratos e de prestígio.



AUTOMÓVEL

VW: Um luxo funcional

Com a oitava geração, o Volkswagen Passat deve chegar em 2018 muito melhor. O modelo vem redesenhado e com espaço maior e tecnologias inéditas. Com estes detalhes, o veículo recebe modificações com design mais desportivo e luxuoso. O motor também chega actualizado com versão mais económica.

O seu design tem detalhes muito peculiares. O novo VW possui faróis e lanternas mais elegantes e uma assi-

natura em LED na parte inferior. O capot está mais baixo e curto enquanto a sua grade frontal mais larga.

O destaque fica pela tecnologia, sendo o primeiro modelo da marca com tela no lugar do quadro de instrumentos. O motorista pode configurar o seu layout conforme a necessidade, o que o torna bastante funcional. Esta versão melhora a segurança, com o Pro Active. Numa colisão, fecha os vidros e activa os cintos de segurança.



AGENDA

LUANDA

DE 26 A 29 DE OUTUBRO

14.ª Edição da feira de Construção, Obras Públicas, Urbanismo e Arquitectura (Projekta), na Baía de Luanda.

26 DE OUTUBRO

3.ª Edição do Festival Caixa Luanda, no Cine Atlântico, com a participação de Ary e a Anabela Aya.

27 DE OUTUBRO

Encerramento da exposição colectiva 'Kaluandando.com' com 12 artistas plásticos, incluindo Álvaro Macieira, Marcela Costa, Ondjaki. No Centro Cultural Camões.

28 E 29 DE OUTUBRO

Paulo Flores vende e autografa o disco 'Kandongueiro Voador', na Praça da Independência, às 8 horas.

3 E 4 DE NOVEMBRO

O 'Show do Mês' apresenta o concerto musical de Maya Cool, no hotel Royal Plaza, em Talatona, às 21 horas. Bilhetes a 12.000 kwanzas.

“ O ‘Jazz no Kubiko’ é um concerto intimista em que, na sua maioria, dos amantes de música alternativa se conhece e existe uma interacção muito grande entre amigos e o músico. ”



Objectivo passa por criar um movimento musical alternativo em Luanda.

FESTIVAL DE MÚSICA ALTERNATIVA REÚNE PAÍSES DA EUROPA E DA AMÉRICA

Jazz junta amantes do estilo no ‘kubico’

MÚSICA. Para os apreciadores de ritmos musicais como o jazz, o projecto ‘Jazz no Kubiko Fusion’ oferece, mensalmente, o seu palco às vozes nacionais que se expressam através desse estilo. Num conceito original de festa privada e intimista.

Por Lúcia de Almeida

O ‘Jazz no Kubiko’ é um concerto intimista onde amantes de música alternativa se conhece e existe uma interacção muito grande entre amigos e o músico, normalmente reali-

zado uma vez por mês em casas ou em locais para cerca de 70 pessoas.

A iniciativa surgiu no atelier do cineasta Binelde Hyrcan, com o objectivo de criar um movimento alternativo musical em Luanda, onde juntem artistas de todos os sectores da arte angolana.

Francisco Valente, promotor cultural e mentor do projecto, conheceu o director de imagem e fotógrafo oficial do ‘Luanda Jazz Festival’, Nuno Martins, e os dois, de uma forma simples e criativa, decidiram optar por este formato ‘fusion’, que deu origem ao ‘Jazz no Kubiko Fusion’, organizado pela ‘Kent Managements’.

Rapidamente, o conceito tornou-se uma marca no mercado de eventos musicais alternativos em Luanda.

Como qualquer outro projecto, o ‘Jazz no Kubiko Fusion’ quer “afirmar-se como uma aposta regular à promoção da música afro-americana que hoje já é património universal”.

Francisco Valente entende que o jazz em Angola precisa de dar “uma ressuscitada” e que a criação de uma escola de música ajudaria a tornar o

A organização vai promover, a 8 e 9 de Dezembro, no Clube Naval de Luanda, o primeiro grande festival com Emicida (Brasil), Mano a Mano (Portugal), Schantz (Dinamarca), Jack Nkanga, Selda, Kizua Gourgel, Irina Vasconcelos, Yola Semedo e Paulo Alves.

mercado angolano “mais promissor”.

Mesmo considerando não ser ainda “rentável” a promoção de eventos de jazz em Angola, por “falta de músicos” que façam o estilo, o jovem confia que, “quando se é profissional, é possível viver da realização de eventos”.

O ‘Jazz no Kubiko’ conta com patrocínios de empresas como a Saudabel, Refriango, Nuno Martins, Atelier Binelde Hyrcan e kent.managements.

FESTIVAL ACONTECE EM DEZEMBRO

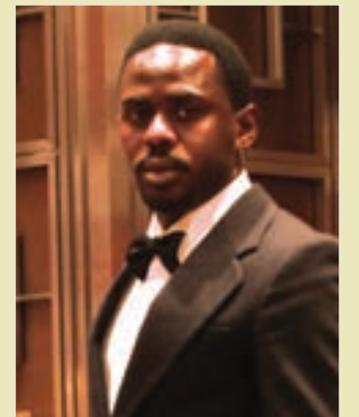
Depois de seis edições, duas das quais realizadas no Taylor Bar, em Luanda, a organização vai promover, a 8 e 9 de Dezembro, no Clube Naval de Luanda, o seu primeiro grande festival que contará com a participação de Emicida (Brasil), Mano a Mano (Portugal), Schantz (Dinamarca). De Angola, estarão presentes Jack Nkanga, Selda, Kizua Gourgel, Irina Vasconcelos, Yola Semedo, DJ Paulo Alves, entre outros.

No palco do ‘Jazz no Kubiko Fusion’ já passaram, entre outros artistas, Tito Paris, Jack Nkanga, Selda, Irina Vasconcelos, Lípsia e J.Lourenzo.

Segundo Francisco Valente, o festival “promete ser uma emocionante entrada para a época festiva de Natal, que celebrará não só a música jazz, como também as suas influências”.

PERFIL

Nome: Francisco valente
Data de Nascimento: 7 de Dezembro
Naturalidade: Malanje
Estado civil: Solteiro
Formação: Promotor cultural - Atelier Binelde Hyrcan Luanda, IATEC Brasil.
Filhos: Não tenho
Clube desportivo: gosto de todos que jogam bem
Um artista: Binelde Hyrcan (artista plástico)



NÚMEROS DA SEMANA

63%

É o valor percentual dos activos dos bancos comerciais angolanos, registados em 2016, na estrutura do Produto Interno Bruto (PIB), anunciou a secretária de Estado do Orçamento, Aia-Eza da Silva.

12

Mil toneladas de peixe foram capturadas entre Janeiro e Setembro deste ano, na Lunda Sul, contra as oito mil toneladas do período homólogo.

123

Trabalhadores é o número de cidadãos que deverão ficar no desemprego, caso a Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul (FCKS) decida paralisar actividade a partir de 01 de Novembro próximo.

50

Mil milhões de kwanzas é o valor das negociações realizadas na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), em Setembro último, representando uma queda de 20,39% em relação a Agosto.

RELATÓRIO 'BANCA EM ANÁLISE' 2016

Bancos ganham 174 mil milhões Kz

Os 24 bancos comerciais que publicaram resultados de 2016 dentro dos prazos reportaram lucros líquidos de 174.019 milhões de kwanzas, representando uma evolução de 55% face às margens de igual período anterior, de acordo com a 12ª edição do estudo 'Banca em Análise', divulgado na semana passada.

A contribuir estão os resultados

das operações financeiras, nomeadamente a margem financeira, que, em finais do ano passado, ficou avaliada em 457.073 milhões de kwanzas, correspondendo a um aumento de 50% face a 2015.

Individualmente, o Banco de Fomento Angola (BFA) continua a ser o que mais lucros apresenta aos seus accionistas. No período, o banco

reportou um crescimento nos resultados líquidos de 62,9% para 61.713 milhões, o mais elevado lucro dos últimos quatro anos do banco controlado pela UNitel.

No relatório Deloitte, o Banco Angolano de Investimento (BAI) sobe uma posição no 'ranking' dos lucros, destronando o BIC de Fernando Teles da segunda posição, onde esteve por três anos seguidos. O BAI ganha 49.741 milhões de kwanzas contra os 33.663 milhões do banco que tem no 'imbondeiro' a sua marca corporativa.

Seis dos 24 bancos que divulgaram contas nos prazos do banco central acabaram o exercício financeiro de 2016 no 'vermelho'. Ou seja, os bancos não deram lucros aos seus donos, é o caso do BPC, BDA, BANC, BIR, BCS e o Yetu, arrumados por ordem de decrescente de prejuízos.



Matteo Mujettes © VE

PANZO RESPONDEIA PELOS ASSUNTOS ECONÓMICOS

Presidente exonera secretário

O Presidente da República exonera, sexta-feira, Carlos Panzo, do cargo de secretário para os Assuntos Económicos do PR, nomeando em sua substituição Ricardo Viegas de Abreu, que sai do BPC, refere uma nota da Casa Civil que não explica as razões da medida.

Entretanto, uma nota da PGR a que a Angop teve acesso dá conta que o Ministério Público angolano abriu um inquérito para o "apuramento de uma denúncia sobre factos penalmente puníveis nos termos do Direito Internacional, contra o cidadão Carlos Panzo". A PGR diz que a denúncia partiu do Ministério Público da Confederação Helvética e foi extraída de um processo ini-

ciado a 5 de Março de 2017.

É a segunda baixa na equipa de João Lourenço, após ter exonerado o então nomeado ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Paulo, que não compareceu no acto de posse.

MPLA ANALISA ACTIVIDADES Ainda na sexta-feira, o Bureau Político (BP) do MPLA reuniu sob orientação do seu presidente, José Eduardo dos Santos. O encontro serviu para analisar os anteprojectos de plano geral de actividades do partido, para 2018 e o respectivo cronograma de implementação. O BP apreciou igualmente o plano de eventos e a proposta de orçamento para 2018, de acordo com

um comunicado distribuído no final do encontro, que marcou a 6.ª reunião ordinária do órgão.

Em relação à vida interna do partido, o BP apreciou os ajustamentos ao regimento de organização e funcionamento das comissões de disciplina e auditoria, ao regulamento de instrução de processos partidários e ao de aplicação de sanções partidárias.

A cúpula apreciou, também, um memorando sobre a realização de conferências provinciais extraordinárias do MPLA, a informação sobre a eleição de um membro para o seu preenchimento, assim como aprovou a agenda de trabalho da 4ª Sessão Ordinária do Comité Central, marcada para 23 de Outubro.



RUPTURA DE STOCK

Falta de combustível agita Luanda

Uma 'gritante' escassez de gasolina e de gasóleo, verificada na passada sexta-feira, em Luanda, provocou longas filas de viaturas nos principais postos de distribuição de combustível da cidade.

Numa ronda efectuada nas algumas bombas de abastecimento, o VE apurou que os derivados do petróleo em causa já estavam em falta desde a passada quinta-feira, facto que terá levado a um significativo número de automobilista a afluírem os postos de distribuição, a fim de se prevenir de uma eventual ruptura de stock prolongada.

O VE tentou o contacto com a Sonangol, através do seu gabinete de comunicação e imagem, para esclarecer o assunto, mas, até ao fecho desta edição, não obteve qualquer resposta.

Esta é a segunda vez, neste ano, que Luanda se confronta com a falta de combustível, depois de em Março se ter verificado situação idêntica.

O VALOR ESTA SEMANA

SEGURO NA ENSA

Resultados 'inalterados'

A Empresa Nacional de Seguro de Angola (ENSA) prevê que, até 31 de Dezembro, os seus resultados não devam ir além das margens alcançadas nos anos passados, por não ter havido "alterações muito significativas" nos indicadores económicos da empresa este ano. A maior seguradora nacional quer continuar a liderar no mercado nacional. Pág.15

LENNART LARSSON

"Exigimos projectos"

O embaixador da Suécia em Angola declarou, em entrevista exclusiva ao VALOR, que o seu país exige projectos concretos para oferecer financiamento, declinando os "empréstimos em branco". Para Lennart Larsson, Angola pode imitar o que a Suécia fez há 50 anos para lançar o desenvolvimento, apostando prioritariamente na Educação e Súde. Págs. 4 a 6



COM FÁBRICAS PARADAS

GBD pede dinheiro fora

O Grupo Bartolomeu Dias viu-se forçado a recorrer a um financiamento externo para 'salvar' as fábricas de óleo e sabonete da NORI (Nova Rede Industrial) que se encontram paralisadas há cerca de um ano por falta de matéria-prima, como consequência de não estar a ser contemplada na aquisição de divisas no BNA. Pág.18